

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL DOS SANTOS GIACOMAZZI

**“OLHA AÍ O TAPETÃO!...”: AUTORITARISMO, CULTURA POLÍTICA E
O CASO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRGS (1988)**

Porto Alegre

2019

GABRIEL DOS SANTOS GIACOMAZZI

**“OLHA AÍ O TAPETÃO!...”: AUTORITARISMO, CULTURA POLÍTICA E
O CASO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRGS (1988)**

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2019

GABRIEL DOS SANTOS GIACOMAZZI

**“OLHA AÍ O TAPETÃO!...”: AUTORITARISMO, CULTURA POLÍTICA E
O CASO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRGS (1988)**

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em História

Aprovado em: 09/07/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (orientador)

Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer

Prof.^a Dr.^a Dóris Bittencourt Almeida

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas maravilhosas às quais gostaria de deixar meu agradecimento:

À minha esposa, namorada, companheira de todas as lutas, Bruna. Você e eu sabemos como estes últimos meses foram difíceis. Te amo.

A meus pais, Bia e Carlos, sem os quais minha existência não seria possível - e, por extensão, a deste trabalho.

A meu velho e estimadíssimo amigo de profissão e da vida, Kelvin: o passado é nosso ofício, mas um futuro brilhante nos aguarda. *May the Force be with you!*

Às inúmeras pessoas incríveis as quais a UFRGS me propiciou conhecer ao longo dos anos de graduação: acaso leiam isto, saibam que cada um de vocês me marcou profundamente. *Game of Departamentum* vive.

Ao professor Alceu Ravanello Ferraro, figura central desta pesquisa, e que muito gentilmente concedeu entrevista de História Oral que subsidiou a mesma, permitindo-me conhecer um pouco mais de sua incrível experiência e trajetória de vida.

A todas e todos docentes que, de certa forma, constituíram-me num professor-pesquisador mais humano, sensível e atento às mil e uma nuances da *magistra vitae*. Neste espaço, cabe nomear o professor Benito Schmidt: a orientação exemplar deste grande historiador permitiu a realização da presente monografia; a professora Dóris Almeida, que me acolheu no Projeto Memória Faced, hoje uma de minhas muitas casas dentro da UFRGS; e a professora Caroline Bauer, pelo aceite em compor a banca deste TCC, bem como por ter atendido dúvidas minhas quando eu, lá atrás, ainda tateava nos primórdios da pesquisa.

Muito obrigado.

“Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo.”

(Euclides da Cunha, *Os Sertões*)

RESUMO

O presente trabalho constrói uma narrativa compreensiva e interpretativa sobre os acontecimentos em torno da primeira eleição para o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 1988, ocasião na qual a Presidência da República nomeou o terceiro colocado na votação direta, Gerhard Jacob, em detrimento do vitorioso professor Alceu Ravello Ferraro. A pesquisa teve centralidade numa perspectiva histórico-biográfica da trajetória de vida do professor Alceu Ferraro e seus atravessamentos com a estrutura autoritária do Estado brasileiro durante e após a Ditadura Militar - sendo estes, especialmente, por meio da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na construção da imagem de Ferraro como uma ‘ameaça comunista’, determinante na decisão do Poder Executivo, considerada um revés ao processo de democratização da universidade durante a Nova República. Para a compreensão das circunstâncias de perpetuação de estruturas autoritárias da Ditadura Militar após seu fim e dispositivos de manutenção de determinados grupos políticos a ela ligados no poder, é incorporado a esta pesquisa o conceito de cultura política. Oriundo da Nova História Política francesa, desenvolvido por nomes como Jean-François Sirinelli e Serge Bernstein, e empregado ao contexto da universidade brasileira do período ditatorial por Rodrigo Patto de Sá Motta, o conceito serve à interpretação de como elementos culturais, de forma não-determinista, podem influir nas decisões políticas de um grupo específico; e, neste trabalho, é uma chave para a compreensão de como uma cultura política militar, intervencionista e anticomunista impregnou os grupos dirigentes do Estado brasileiro sob os desígnios da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), sobrevivendo mesmo ao fim da Ditadura na forma de aparelhos como o SNI, extinto apenas em 1990, ainda em tempo de exercer interferência direta no processo eleitoral da UFRGS de 1988. Metodologicamente, além biografia histórica, esta pesquisa se filia aos pressupostos da História Oral, em que se considere a realização de uma entrevista com o professor Alceu Ferraro no dia 10 de abril de 2019, bem como a utilização de outros testemunhos orais disponíveis no Arquivo de Memórias da Faculdade de Educação/UFRGS, ligado ao Projeto “Memórias e Histórias da Faced”, ao qual estive vinculado.

Palavras-chave: Ditadura de Segurança Nacional; cultura política; história oral; redemocratização; ditadura e universidade.

ABSTRACT

The present work constructs a comprehensive and interpretative narrative on the events surrounding the first rectorial election in the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), in the year 1988; occasion in which the President of the Republic appointed the third placer in the direct vote results, Gerhard Jacob, to the prejudice of professor Alceu Ravello Ferraro. The research centered in a historical-biographical perspective of Ferraro's life trajectory, and its crossings with the authoritarian structure of the Brazilian State during and after the Military Dictatorship (1964-1985) - mainly through the actions of the National Informations Service (SNI) in its effort of building an image of Ferraro as a "communist menace", which was crucial in the Executive Power's decision - which was, on its own, considered a throwback for the University's democratization process during the Nova República. In order to comprehend the circumstances of the perpetuation of the Military Dictatorship's authoritarian structures, as well as the devices through which certain political groups connected to it remained in positions of power - even after its end -, this research incorporates the concept of political culture. Coming from the French New Political History, having been developed by people such as Jean-François Sirinelli and Serge Bernstein and employed in the context of the Brazilian universities during the dictatorial era by Rodrigo Patto de Sá Motta, this concept serves an interpretation of how cultural elements, in a non-deterministic way, can influence the political decision-making of a specific group. In this work, it's a key to the comprehension of how an interventionist and anti-communist military political culture impregnated the ruling groups of the Brazilian State, under the banner of the National Security Doctrine (DSN), and surviving the end of the dictatorship in the likeness of devices such as the SNI - declared extinct only in 1990, still in time for interfering directly in UFRGS' 1988 electoral process. Methodologically, besides the historical biography, this research, is affiliated to the developments of Oral History, to which shall be taken into account an interview made with professor Alceu Ferraro in the 10th of April 2019, as well as the use of other oral testimonies available in the Memories Archive of the Faculty of Education/UFRGS, under the Project "Memories and Stories from Faced", to which I was connected.

Keywords: National Security Dictatorship; political culture; oral history; redemocratization in Brazil; dictatorship and university.

LISTA DE SIGLAS

ACE - Arquivo Cronológico de Entrada

AC/SNI - Agência Central do SNI

ADUFRGS - Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aesi - Assessoria Especial de Segurança e Informações

AI - Ato Institucional

ANDES - Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APA - Agência Porto Alegre do SNI

Arena - Aliança Renovadora Nacional

ASI - Assessoria de Segurança e Informações

ASSUFRGS - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

Cenimar - Centro de Informações da Marinha

CGI - Comissão Geral de Investigações

CIE - Centro de Informações do Exército

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CMS - Comando Militar do Sul

CODI-DOI - Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informação

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CRUB - Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DCE - Diretório Central de Estudantes

DSI - Divisão de Segurança e Informações

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

Faced - Faculdade de Educação (UFRGS)

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

LDB - Levantamento de Dados Biográficos
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MJ - Ministério da Justiça
PB - Pedido de Busca
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDS - Partido Democrático Social
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Projeto de Lei
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SISNI - Sistema Nacional de Informações
SNI - Serviço Nacional de Informações
SSP/RS - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Unirio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 “O HOMEM”: ALCEU FERRARO, A DITADURA E A UNIVERSIDADE	24
1.1 A entrevista de História Oral	26
1.2 Entre Roma e Natal: Alceu e os anos 1960	28
1.3 Alceu, professor universitário: os anos 1970	31
2 “A TERRA”: REDEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA	37
2.1 Universidade e redemocratização	39
2.2 Cultura política	43
3 “A LUTA”: A PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRGS	48
3.1 “Rector magnificus, ad aeternum”	50
3.2 O período pré-eleitoral	52
3.3 “Olha aí o tapetão!...”: a eleição e suas consequências	56
3.4 Legado	67
PALAVRAS FINAIS	70
ANEXO A - “A Luta”	72
ANEXO B - Arquivos repressivos	76
DOCUMENTOS CITADOS	83
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma narrativa compreensiva e interpretativa sobre os acontecimentos em torno da primeira eleição para o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ocorrida no ano de 1988, centrada em uma perspectiva histórico-biográfica da trajetória de vida do professor e sociólogo Alceu Ravello Ferraro (nascido em 1935) e seus atravessamentos com a estrutura autoritária do Estado brasileiro durante e após a Ditadura Militar.

Em abril de 1988, seguindo a tendência de outras universidades no período de transição da Ditadura Militar¹ à democracia, foi realizada consulta à comunidade acadêmica da UFRGS,² para a composição de uma lista sêxtupla de docentes a partir da qual o chefe do Poder Executivo - àquele ano, o presidente civil José Sarney - indicaria o sucessor do então reitor Francisco Luís dos Santos Ferraz. Assim era o rito definido pela legislação ainda vigente,³ entendida à época como uma herança dos tempos de autoritarismo devido à arbitrariedade em se atribuir a escolha final ao Presidente da República. Em que pese a vitória majoritária de Alceu Ferrari⁴ no processo eleitoral, o Governo Federal optou - por razões a serem abordadas ao longo deste trabalho - por nomear o terceiro colocado na votação direta: o professor e físico Gerhard Jacob.

Movida pelo *espírito* da redemocratização, a comunidade universitária da UFRGS, com aval do Conselho Universitário, estabeleceu a eleição direta para reitor no ano de 1988. Como a legislação autoritária referida ainda estava vigente, a ideia por trás de uma eleição direta⁵ seria a expectativa de que o chefe do Executivo nomeasse o primeiro colocado da lista

¹ A nomenclatura do período de autoritarismo, restrição de liberdade e violações de direitos humanos que vigorou efetivamente entre 1964 e 1985 tem sido, recentemente, alvo de debate por parte de historiadores. Este trabalho não pretende abordar esta questão, limitando-se ao genérico “Ditadura Militar” sem que isto signifique um posicionamento conceitual específico. Um resumo dessa discussão está presente em FICO, 2017.

² No clima geral da redemocratização brasileira, iniciaram-se, no âmbito das universidades, muitas mobilizações no sentido de democratização daqueles espaços por meio do sufrágio direto para o cargo de reitor. Até então, as listas sêxtuplas para indicação eram elaboradas pelos órgãos universitários. Sobre esse tema ver o capítulo 8 de *As Universidades e o Regime Militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2014a).

³ Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a lei da Reforma Universitária.

⁴ Na época (até 1992) com o sobrenome *Ferrari*, tendo sido este posteriormente trocado para *Ferraro* visando a aquisição de cidadania italiana. Para fins deste trabalho, utilizarei “Ferrari” para me referir ao professor Alceu antes daquela data - o que acaba por restringir o sobrenome ao período histórico de interesse do tema de pesquisa -, e “Ferraro” quando fizer referência ao mesmo na atualidade, especialmente em citação às entrevistas de História Oral.

⁵ A primeira consulta direta para o cargo de reitor iria ocorrer em 1980, na PUC-SP, desafiando o governo Figueiredo. Ver MOTTA, 2014a, s/n (cap. 8).

sêxtupla - em outras palavras, o candidato mais votado. Acrescente-se o fato de que os candidatos - organizados não em chapas, mas em *grupos*⁶ - haviam firmado, em debates durante a breve campanha eleitoral, um acordo verbal no sentido de que cada um, no caso de sua indicação, apenas aceitaria tomar posse do cargo de reitor se tivesse sido de fato o primeiro colocado no sufrágio, obedecendo ao jogo democrático condizente com os tempos da Nova República. A quebra deste pacto por alguns integrantes da lista sêxtupla, aliada à dispersão de boatos de que o professor Alceu Ferrari não seria indicado pelo Presidente da República - especialmente devido ao fato de ter tido sua candidatura apoiada pelos setores de esquerda da Universidade - ditaram o clima dos meses que se seguiram após a eleição de abril de 1988: inúmeros atos, assembleias e mobilizações, congregando não apenas estudantes, mas também professores e funcionários de forma autônoma ou através de suas respectivas entidades sindicais, tomaram forma na universidade, em apoio à nomeação do professor Ferrari para o cargo de reitor.

Ainda um outro espectro punha em xeque a idoneidade democrática do processo eleitoral: as polêmicas em torno do assim chamado *Projeto Faccioni* (PL 313/88), de autoria do deputado federal Victor Faccioni (PDS-RS), que permitiria a recondução de reitores a seus cargos - diretamente ou após consulta à comunidade universitária⁷ - a fim de, em nome de uma “tradição universitária”, “manter no exercício da função uma administração que (...) era exitosa na realização dos objetivos da instituição”.⁸ A tramitação de tal projeto, às vésperas da eleição, era atribuída, pela comunidade universitária,⁹ à mão de Francisco Luís dos Santos Ferraz, então reitor, do qual se suspeitava uma intenção de pleitear sua permanência no cargo. De fato, o nome de Ferraz chega a surgir encabeçando material de campanha eleitoral do grupo intitulado “Compromisso com a Universidade”.

⁶ Nessa lógica, um mesmo grupo poderia lançar vários candidatos a fim de maximizar as chances de vitória eleitoral.

⁷ As muitas emendas a este projeto alteravam substancialmente a forma em que se daria tal recondução, evidenciando o jogo de interesses em torno de tal pauta. Ver o texto do PL 313/88, bem como suas muitas emendas: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1153835&filename=Dossie+-PL+313/1988 Acesso em: 04 mai. 2019, 17h24min.

⁸ Justificativa do PL 313/88.

⁹ Como constava, por exemplo, num panfleto distribuído em março de 1988 e assinado por “professores e estudantes do PCB na UFRGS” (Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola, disponível no Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS). A nível nacional, as manifestações contrárias ao projeto em si tomavam a forma de repúdios emitidos pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e pela Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), para citar dois exemplos.

O professor Gerhard Jacob se lançou à disputa como oposição, integrando o grupo “Novos Rumos”, apesar de ser o vice-reitor. Isto fez com que Jacob herdasse a desconfiança previamente depositada na figura de Ferraz, caracterizando-o, aos olhos dos movimentos estudantil, docente e de funcionários da Universidade, como uma continuidade da administração anterior, mais do que o próprio candidato situacionista, Walter Otto Cybis. Ao que tudo indica, a comunidade acadêmica não mais desejava “o último reitor da ditadura”,¹⁰ tampouco qualquer proposta a ele associada. O fato de Jacob - bem como outros candidatos - terem não apenas rompido com o pacto de não aceitar outro resultado se não o das urnas, mas trabalhado proativamente em nome de suas respectivas nomeações,¹¹ incendiou sobretudo o movimento estudantil. Assim, quando surgiu, nas semanas seguintes à eleição, a notícia de que este seria o reitor nomeado, não se hesitou em conferir ao mesmo a alcunha de “interventor”.¹²

Até o momento, esta aparenta ser uma narrativa um tanto linear. Para a costura, entretanto, das *subnarrativas* que sustentem uma compreensão contextual de tais acontecimentos, são necessárias outras tramas que viabilizem e complexifiquem esse tipo de análise. Para isso, torna-se mister considerar o interesse manifestado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), cabeça dos órgãos de informação e vigilância ao longo de toda a Ditadura de Segurança Nacional Brasileira, pela coleta de informações relativas ao processo eleitoral da UFRGS de 1988. Os 22 documentos desta natureza levantados no Acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, que incluem dossiês e relatórios do SNI produzidos, em sua maioria, por intermédio de sua APA (Agência Porto Alegre), demonstram não apenas uma preocupação de um órgão diretamente ligado à Presidência da República pela referida eleição, mas especialmente a ideia de uma “infiltração marxista”¹³ na Universidade - atribuída à figura do professor Ferrari. Em se tratando do ano de 1988, tais fatos demonstram que o desmonte do Estado autoritário o qual vigorou, efetivamente, com as presidências militares de 1964 a 1985, não se deu de forma imediata. Muito pelo contrário: o processo de

¹⁰ Epíteto presente em panfleto produzido pelo DCE no início de abril de 1988, denunciando a postura de Francisco Ferraz para com estudantes que realizaram uma pichação no campus, em 28 de março, contra a recondução do reitor.

¹¹ Ver reportagem do **Diário do Sul**, de 21 jul. 1988, que relata a viagem de Gerhard Jacob a Brasília.

¹² Presente em inúmeros panfletos convocatórios para assembleias estudantis ocorridas nos meses de julho e agosto de 1988 (tanto estes quanto o panfleto referido na nota de rodapé 10 constam do acervo pessoal do prof. Balduino Andreola).

¹³ Prontuário SNI nº 32.459, ficha de “dados biográficos” do prof. Alceu Ferrari, visto como um potencial “elemento” comunista na UFRGS pelos órgãos de informação. Registrado na Agência Central do SNI sob a identificação APA ACE 16085/88.

abertura política e de redemocratização teria sido conduzido mantendo estruturas autoritárias de poder.

Outra subnarrativa pertinente à compreensão geral do processo eleitoral da UFRGS de 1988 é, necessariamente, uma abordagem *biográfica* daquele que se tornou a principal figura em torno da qual orbitou a polêmica do sufrágio para reitor: foi em nome da candidatura de Alceu Ferrari que o movimento estudantil, docente e de funcionários se articulou e mobilizou fortemente antes e depois das eleições, a fim de gerar uma comoção que garantisse sua nomeação; sobre o professor Alceu estiveram os holofotes da imprensa da época, que fartamente o entrevistou enquanto reitor eleito após abril de 1988;¹⁴ era em torno de sua figura que os dedicados agentes de informação e contrainformação do SNI, agindo muito próximos de seu objeto de investigação, buscavam construir a figura de uma ameaça de cunho marxista à própria estrutura universitária¹⁵ - e desaconselhar, assim, ao Presidente da República, a nomeação do docente, tal como acabou ocorrendo. Uma perspectiva biográfica também se justifica em função dos vários momentos da trajetória do professor Ferraro em que ele se viu, direta ou indiretamente, alvo daqueles mesmos órgãos de informação e/ou de repressão da Ditadura, especialmente nos anos de 1969 e 1974, como se verá mais adiante.

Neste sentido, ao longo do trabalho, procuro “testar” os limites do próprio processo de redemocratização brasileiro em sua interface com o meio universitário, por se tratar de um espaço ao qual os órgãos de informação e repressão deram redobrada atenção durante a Ditadura - e, pelo menos, durante o primeiro governo civil da Nova República. Isto sem mencionar toda negociata política em torno do próprio processo eleitoral da UFRGS de 1988, visando inviabilizar o respeito à nomeação do primeiro colocado. Para uma análise destes acontecimentos, será mobilizado o conceito de *cultura política*. Este se insere no campo da Nova História Política francesa, a qual buscou, a partir de meados dos anos 1980, retomar à historiografia o debate sobre o político, por muito tempo secundarizado pelos estudos culturais (BAPTISTA, 2015, p. 671).

A ideia de cultura política originalmente remonta à segunda metade do século XX, especialmente a partir da publicação da obra *The civic culture: Political attitudes and*

¹⁴ Pelo menos cinco entrevistas foram concedidas por Alceu Ferrari a jornais como a *Zero Hora* e o *Diário do Sul* nos meses subsequentes à eleição. Entrevistas disponíveis, em forma digital, na Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS.

¹⁵ O mais incisivo informe do SNI está reproduzido no prontuário de Alceu Ferrari referido anteriormente: o Informe nº 527 A1, presumivelmente de autoria de um agente identificado apenas como “M76”, cujo tom indica algo como uma questão de ordem pessoal.

democracy in five nations, em 1963, de Gabriel Almond e Sidney Verba, dois cientistas políticos estadunidenses que propunham, de forma um tanto inédita, compreender “as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político” (Ibid., p. 666). Para tanto, incorporaram elementos da psicologia e das ciências sociais a fim de compreender a dimensão decisória do indivíduo a partir de seus referenciais culturais. Entretanto, a obra, bem como esta formulação inicial do conceito seriam alvo de inúmeras críticas, dentre as quais a de um determinismo expresso na ideia da existência de culturas políticas nacionais *homogêneas*, bem como a de uma hierarquização destas, estando no patamar “superior” as democracias liberais ocidentais (Ibid., p. 670).

Sobre estas características da formulação da escola estadunidense, Serge Bernstein, historiador francês, afirma que uma hierarquização etnocêntrica de modelos políticos “é alheia à abordagem histórica que procura conhecer e compreender, não a exprimir um juízo ou a traçar o sentido da história”. Segundo ele, um determinismo nacional seria insatisfatório no sentido de que, dentro de determinado país, “a cultura da elite é diferente da cultura de massas (...), mesmo quando o que mais difere é a expressão e não o fundo cultural” (BERNSTEIN, 1998, p. 353).

A historiografia francesa, a partir de nomes como os de Jean-François Sirinelli e do próprio Bernstein, veria na cultura política uma possibilidade de intersecção entre a história cultural e a esquecida história política, no sentido de realizar uma “abordagem cultural do político”, uma “abordagem pelas culturas e sensibilidades” que “não podia limitar-se apenas aos dirigentes [políticos] e reinseria *de facto* os outros atores” (SIRINELLI; RODRIGUES & CLAVEL, 2015, p. 316). Desse modo, a *Nouvelle Histoire Politique* dá novos ares ao conceito, adequando-o às preocupações contemporâneas dos historiadores.

Mas como é possível estabelecer uma relação entre este conceito e o tema da eleição para reitor da UFRGS em 1988? No Brasil, e especialmente em relação ao estudo sobre as universidades durante o período da Ditadura de Segurança Nacional, o professor e historiador Rodrigo Patto Sá Motta é o maior responsável pela incorporação da categoria à historiografia. Em artigos como *Universidades, ditadura e cultura política*,¹⁶ que apresenta ideias mais demoradamente desenvolvidas na capital obra *As universidades e o Regime Militar* (2014), Motta visa reconstituir o que seria uma “cultura política brasileira”, evocando especialmente

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Universidades, ditadura e cultura política*. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 16, v. 1, p. 69-89, jun. 2014b.

intelectuais clássicos do século XX, os quais, de formas um tanto problemáticas, foram formadores da interpretação a respeito do que consistiria o *homo politicus* brasileiro. A partir de seus estudos é que conhecemos hoje conceitos como os de *clientelismo*, *personalismo* e *elitismo* (MOTTA, 2014b, p. 78). Especificamente para o estudo de caso das universidades, o autor trabalha com o binômio *conciliação* e *acomodação* a fim de compreender “as ambiguidades e os paradoxos da ditadura”, inscrevendo-os “na tradição política brasileira, de que são tributários” (Ibid., p. 70) Motta afirma que a história da Ditadura, incluindo seu ocaso na redemocratização, foi marcada por “uma tendência à flexibilidade, à conciliação, ou à negociação de conflitos. (...)”, que seguiria uma tendência histórica brasileira na qual, em múltiplas ocasiões, “arranjos foram mobilizados para evitar conflitos graves e encontrar saídas políticas aceitáveis para os grupos envolvidos” (Ibid., p. 79). Isto não significaria, entretanto, uma negação das soluções violentas perpetradas pelos militares ao longo de todo o período ditatorial, muito menos uma ideia de cordialidade à la Sérgio Buarque de Holanda, mas sim a consideração de uma estratégia vertical em “escamotear e conciliar conflitos” como forma de “reduzir tensões sociais e, com isso, manter o poder político e privilégios sociais, facilitando a manutenção do status quo” (Ibid., p. 80).¹⁷

Em outras palavras, a *solução pacífica* estaria no leque de estratégias de neutralização de forças políticas nas quais a intervenção pela força seria danosa aos interesses do Governo Militar. Esta teria sido a abordagem, em muitos casos, da Ditadura para com as universidades. Minha única ressalva à proposição de Rodrigo Patto Sá Motta é o fato de não explicitar a qualidade desta cultura política brasileira enquanto, necessariamente, de *elites*, lembrando a distinção feita por Bernstein, citada anteriormente; dizê-la simplesmente como brasileira aproximaria a tese à formulação primária estadunidense referida acima.

Trazendo esta discussão para o caso específico da UFRGS, é possível estabelecer algumas relações interessantes. Em primeiro lugar, essa universidade, bem como todas as demais, foi palco exemplar de tal economia de *acomodações* e *conciliações*, concomitantes à atuação direta dos órgãos de informação e repressão - como no caso dos expurgos de 1968.¹⁸

¹⁷ Entretanto, vale ressaltar que, para Motta, em coerência com o próprio conceito de cultura política, tais arranjos autoritários só são possíveis a partir de uma “disposição cultural favorável” (p. 80) sem a qual restaria apenas a interpretação das decisões das elites como cálculos racionais.

¹⁸ Sobre o tema, consultar as seguintes obras: AVERBUCK, Ligia et al. (Orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS – 2009.

Por meio da atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFRGS (Aesi/UFRGS, mais tarde ASI/UFRGS),¹⁹ chefiada pelo Coronel Natalício da Cruz Corrêa,²⁰ exercia-se a vigilância e se emitia pareceres com peso de veto sobre a contratação de pessoal para a universidade. Foi o caso, por exemplo, de um professor de matemática uruguaio que, em 1977, teve sua contratação impedida após contraindicação do órgão (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5); e do próprio professor Alceu Ferrari o qual, em 1974, após aprovado em concurso para lecionar na Faculdade de Educação, teve seu contrato retido pela Aesi devido aos dados constantes no seu Levantamento de Dados Biográficos (LDB).²¹ O detalhado relato feito pelo professor Ferraro sobre o episódio em que confrontou o Coronel Natalício acerca do seu contrato constitui uma das mais evidentes manifestações de uma atitude de *acomodação* por parte da estrutura autoritária daquele período, demonstrando a arbitrariedade e o caráter de conciliação expressos nas atitudes do referido militar, fruto, segundo o que se busca demonstrar na presente monografia, de uma cultura política de elites de caráter autoritário e antidemocrático.²²

Além disso, considero o sufrágio de 1988 como um marco da incompletude da transição democrática, marcada pelos jogos e arranjos autoritários que visavam a manutenção e permanência das elites na centralidade do poder. O Coronel Natalício atuou à frente da ASI/UFRGS até 1979, ano em que esses órgãos foram formalmente extintos pelo presidente João Figueiredo, o que, entretanto, “não significou o fim da vigilância” (Ibid., s/n, cap. 8), pois esta atribuição de vigilância sobre a universidade foi simplesmente transferida para outros órgãos. Não é à toa que a farta documentação dos órgãos de informação recolhida para esta pesquisa possui o registro de diversas instituições: a APA (Agência Porto Alegre do SNI), o Comando Militar do Sul (CMS) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS). É muito significativo que o SNI, mesmo que com sua força reduzida, mantivesse suas operações ainda no ano de 1988 - e até 1990, oficialmente -, portanto, no período formalmente democrático.

¹⁹ As Assessorias de Segurança e Informação eram repartições do SNI presentes em todas as autarquias e órgãos públicos federais - incluídas as universidades -, responsáveis pela vigilância e emissão de pareceres de caráter ideológico sobre os membros da comunidade universitária. (ver LAGÔA, 1983; SAMWAYS, 2013; MOTTA, 2014a.)

²⁰ Citado direta ou indiretamente em inúmeras entrevistas de História Oral presentes no núcleo Memória Faced/UFRGS. Também mencionado em MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5.

²¹ O LDB era uma ficha de avaliação ideológica produzida pelos agentes do SNI. (LAGÔA, 1983, p. 22).

²² A história é relatada nas duas entrevistas de História Oral concedidas pelo professor Ferraro, em 2011 e 2019, ambas disponíveis no Acervo de Memórias Oraís do Memória Faced/UFRGS.

Isto pode ser compreendido levando-se em consideração a ideia por detrás do projeto da abertura política pós-1974, chamado também de “Projeto Geisel-Golbery”, cuja intenção seria, de forma dissimulada, “uma autorreforma liberalizante do regime autoritário, mantendo-se, no entanto, o poder militar” (FERREIRA, 2018, s/n). Dispositivos como a Lei de Anistia de 1979, por exemplo, que não foi “ampla, geral e irrestrita” como pedia a sociedade civil, expressariam esse caráter acomodatório das forças políticas, com base no objetivo de se resguardar as posições de grupos privilegiados enquanto se silenciava os demais.²³ Caráter este que seria herdado pelo governo civil de José Sarney, ancorado em uma ideia idílica de esquecimento do passado a fim de se evitar o “revanchismo” - em que pese o fato de que tal *passado*, exemplificado na atuação de órgãos como o SNI na caça a potenciais “comunistas”, ainda se fazia *presente* em 1988. Este espírito conciliatório entre o traumático passado e um presente supostamente diferente seria, segundo Ayala Pelegrine, “um comportamento típico da tradição política do país: a preferência pelas soluções conciliatórias.” (PELEGRINE, 2017, p. 137).²⁴

Ao invés de uma ruptura com o passado ditatorial, o governo de José Sarney foi tributário, em muitos aspectos, daquele período, encarnando alguns dilemas aparentemente contraditórios do processo de abertura. Como afirma José Álvaro Moisés, “(...) a democratização resultou de iniciativas de liberalização de dirigentes do antigo regime seguidas de negociações com as lideranças democráticas, mas o seu primeiro presidente civil foi escolhido pelo Congresso Nacional” (MOISÉS, 2008, p. 19). Vale destacar, também, o fato do SNI ser, ainda durante todo o primeiro governo civil, um órgão ligado diretamente ao Gabinete da Presidência da República; seus pareceres, incluindo aqueles produzidos pela APA/SNI em relação à eleição para reitor da UFRGS, eram submetidos ao Presidente José Sarney.

Não por mera coincidência, portanto, podemos conceber que o SNI, um dos órgãos centrais na estrutura montada pela Ditadura de Segurança Nacional e que teve sobrevida em plena Nova República, exerceu influência direta sobre a decisão da Presidência da República em não nomear o professor Alceu Ravello Ferrari para o cargo de reitor da UFRGS, ignorando o processo eleitoral consumado, por meio de dossiês, informes e pareceres de

²³ Sobre a incompletude do processo da Anistia, ver o artigo de José Carlos Moreira Filho, *A Ambiguidade da Anistia no Brasil: Memória e Esquecimento na Transição Inacabada*. Disponível em: <https://bit.ly/2VYOYMQ>. Acesso em: 14 mai. 2019, 14h32min.

²⁴ Ressalva se faça ao uso indiscriminado, pela autora, da expressão “cultura política nacional”.

cunho difamatório que agiram alheios e de forma paralela aos procedimentos internos da Universidade na escolha de sua próxima administração central.

Enfim, a narrativa histórica construída nesta pesquisa visa demonstrar a manifestação, no sufrágio para o cargo de reitor da UFRGS de 1988, de uma *cultura política brasileira de elites*, de caráter conciliador, sobretudo antidemocrática e tributária das continuidades e permanências do *entulho* autoritário pós-1985. Esta cultura política de manutenção do *status quo* não foi apenas expressa em atitudes de dirigentes políticos como Sarney - retomemos brevemente Serge Bernstein -, mas também nas manobras legislativas de Francisco Ferraz em torno do “Projeto Faccioni”, bem como na quebra do pacto entre os pleiteantes a reitor efetivada por candidatos como os professores Walter Otto Cybis - que sequer integrou o acordo - e Gerhard Jacob, o qual buscava, em Brasília, apoio junto à cúpula do PMDB de Sarney para a efetivação de sua nomeação.²⁵ Paralelamente, esta pesquisa também visa ressaltar a emergência de uma outra cultura política, especialmente a partir de 1979: um espírito *democrático* e contestatório, na esteira da abertura e movimentos como as Diretas Já, representada, no caso em tela, por estudantes, docentes e funcionários das IES e membros da sociedade civil que se mobilizaram, por exemplo, quando a Presidência da República não obedeceu ao resultado das urnas na UFSCar, em 1983; na UFBA, em 1983 e, novamente, em 1988;²⁶ e na UFRGS, em 1988 (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8).

Em relação às fontes levantadas para este trabalho, há de se ressaltar sua variedade e sua quantidade: entrevistas de História Oral, fontes jornalísticas - entrevista, recortes de jornal -, cartazes, panfletos, informativos eleitorais e similares produzidos no âmbito do processo eleitoral de 1988, bem como os já mencionados informes, relatórios e dossiês produzidos por agentes do SNI, ou seja, os ditos *arquivos repressivos* ou *documentos sensíveis* (PADRÓS, 2009; FICO, 2012).

Destaco primeiramente as fontes orais, pois a metodologia da História Oral está diretamente implicada nesta pesquisa, especialmente por intermédio do Arquivo da Faculdade de Educação da UFRGS, organizado no ano de 2010 a partir da constatação da necessidade de “uma ação que preservasse o quase esquecido arquivo documental , que se constitui em

²⁵ Jornal **Diário do Sul**, 21 jul. 1988.

²⁶ Em março de 1988, o informativo do ANDES (nº 34, ano VIII) publicou uma notícia intitulada “MEC desrespeita comunidade universitária”, em que denuncia o fato de o Presidente da República ter nomeado, para a reitoria da UFBA, o quinto colocado nas eleições em detrimento da primeira colocada, a professora Eliane Azevedo.

um testemunho da instituição”, ação esta que incluiria “a produção de um acervo de memória oral” (ALMEIDA & LIMA, 2016, p. 1349). Instrumentalizado por minha atuação como bolsista junto ao Projeto Histórias e Memórias da Faced/UFRGS,²⁷ sob orientação da prof^a Dóris Bittencourt Almeida - por meio da qual também surgiu a sugestão inicial do próprio tema de pesquisa -, foi possível realizar, no dia 10 de abril de 2019, uma entrevista com o professor Ferraro, partindo de perguntas alinhadas a questionamentos levantados ao longo do processo já corrente de investigação, seguindo a compreensão de que a História Oral se trata de uma metodologia para constituição de fontes relacionadas a pesquisas específicas (ALBERTI, 2005, p. 155). Por meio do Memória Faced também foi possível acessar entrevistas de outros docentes e ex-docentes da Faculdade de Educação da UFRGS, as quais, por mais que não visassem responder diretamente às questões específicas de minha pesquisa, foram importantes no sentido de abordarem, de alguma forma, os eventos de 1988 ou fazerem menção à pessoa do professor Ferraro.

As entrevistas mais antigas do Projeto Memória Faced que foram utilizadas nesta pesquisa foram em sua maioria, formuladas numa perspectiva de *trajetórias de vida* das e dos entrevistados. Verena Alberti faz uma diferenciação entre entrevistas orais de histórias de vida e entrevistas *temáticas* - como a realizada por mim, com foco no tema das eleições para reitor da UFRGS. No entanto, a autora admite que

ambos os tipos de entrevista de História Oral pressupõem a relação com o método biográfico: seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência. (Ibid., p. 175).

Esta proximidade inevitável com o gênero biográfico coincide em muito com a perspectiva deste trabalho de considerar a trajetória de vida do professor Alceu Ferraro como chave para uma compreensão mais ampla do problema de pesquisa. É por isto que, na condução e formulação da entrevista, essa "chamada para a produção e a significação da memória" (VENSON & PEDRO, 2012, p. 129) - que, neste sentido, pressupõe uma relação de coautoria entre entrevistador e entrevistado -, visei não reduzir a condução da construção narrativa do professor Ferraro aos eventos ocorridos em 1988, sob risco de ser consideravelmente reducionista e “induzi-lo [o entrevistado] a dizer o que ele acha que o pesquisador quer ouvir” (ALBERTI, 2005, p. 179). De certo modo, as narrativas

²⁷ Nome dado à iniciativa de preservação, manutenção e ampliação do Arquivo da Faculdade de Educação, doravante simplesmente “Memória Faced”.

empreendidas pelo professor Ferraro, que remontaram à sua formação acadêmica nos inícios dos anos 60 e mesmo excederam o recorte cronológico de minha pesquisa, foram essenciais para estabelecer, a partir de sua trajetória, elementos importantes na interpretação daqueles acontecimentos. Enfim, em sua narrativa, buscou-se muito mais do que elementos “factuais”, pois a entrevista de História Oral constitui, em si, um processo não de replicação do passado tal qual fora testemunhado pelo entrevistado, mas sim de uma visão contemporânea em relação ao tempo pretérito. Trata-se, pois, de se levar em conta que “o recordar e contar são eventos em si mesmos, não somente descrições de eventos” (PORTELLI, 1981, apud ERRANTE, 2000, p. 143). Neste sentido, a trajetória do professor Ferraro é considerada a partir de um "problema de pesquisa histórico formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas" para, a partir disso, questionar "que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado personagem?" (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Outra categoria de fonte incorporada nesta pesquisa diz respeito à vasta e já referida documentação produzida no âmbito do SNI a respeito da eleição para reitor da UFRGS de 1988. Vasta não apenas em quantidade, mas em tamanho de cada documento: alguns dossiês ultrapassam as sessenta páginas.²⁸ Ao longo de todo este material, são realizadas demoradas avaliações sobre o contexto universitário, as forças políticas envolvidas no processo, os indivíduos e tudo mais que fosse considerado relevante aos olhos dos agentes de informação e contrainformação; isto num contexto de “suspeição universalizada (...) que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão” (FICO, 2007, p. 179) e que excedeu o limite cronológico de 1985.

Tais fontes repressivas foram localizadas por meio de extensiva pesquisa no Banco de Dados Memórias Reveladas do Arquivo Nacional,²⁹ um amplo acervo digital cuja documentação específica oriunda do SNI - bem como do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigações (CGI), órgãos centrais na coordenação da repressão ao longo da Ditadura - foi incorporada no ano de 2005 a partir do Decreto nº 5.584, assinado em 18 de novembro daquele ano pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2009). Esta medida representou, juntamente com a criação do próprio Memórias

²⁸ É o caso do dossiê registrado na Agência Central do SNI como EPA ACE 16292/88, analisado nesta pesquisa.

²⁹ O acervo do Banco de Dados Memórias Reveladas é acessível através do endereço

<http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp> Acesso em: 14 mai. 2019, 19h15min.

Reveladas em 2009, a possibilidade de um acesso mais contundente aos chamados *arquivos repressivos* ou *documentos sensíveis*, mesmo que com certas limitações.³⁰

A este trabalho, interessa ressaltar que documentos desta natureza, “além de fornecerem informações sobre o funcionamento burocrático-repressivo das instituições ligadas à administração pública, (...) evidenciam os crimes cometidos pelos agentes do Estado militar” (PELEGRINE, 2017, p. 136). Os pareceres produzidos sobre a eleição para reitor da UFRGS podem nos ajudar a compreender de que formas o aparato autoritário continuou operando *nas sombras*, à revelia da suposta normalidade democrática da Nova República. Isto não implica necessariamente, de forma semelhante como ocorre no trato dos relatos orais, a busca de *verdades históricas* em meio às centenas de páginas da repressão. Fazê-lo teria duas sérias implicações aos historiador: a primeira, a de se deixar conduzir pela mesma linha de pensamento do agente de informação, com seus vieses e preocupações específicos; a segunda, a de se dar pleno crédito a relatórios que, em geral, prezavam mais por quantidade do que qualidade, cometendo por vezes erros que beiravam o cômico (JOFFILY, 2014, p. 12; SAMWAYS, 2013, p. 88).³¹ Na compreensão desta documentação, portanto, o pesquisador deve atentar especialmente ao contexto de sua produção.

Ainda se poderia, a respeito dos documentos produzidos pelo SNI, questionar: são de fato *sensíveis*? As sensibilidades, os cuidados maiores não deveriam se reservar aos documentos dos órgãos de repressão? De fato, esta é a interpretação dominante, que caracteriza enquanto sensíveis especificamente os relatos de tortura e de violência perpetradas pelo Estado ditatorial militar. Enrique Padrós (2009), por exemplo, define-os enquanto

Documentos que podem ser portadores de informação delicada em função da possibilidade da exposição das vítimas. (...) Pode trazer de volta imagens e sensações de dor, humilhação, constrangimento; talvez, a exposição da fragilidade, da claudicação. Pode revelar condutas ambíguas diante da provação, da ameaça de violência e da aplicação da violência concreta.

No entanto, penso que alguns fatores permitem, se não incluir a documentação do SNI no rol de documentos sensíveis, ao menos compreendê-la como gatilho para quem passou por experiências de oposição direta contra a Ditadura Militar ou seus herdeiros pós-1985. Em primeiro lugar, o trabalho de coleta e processamento de informações por parte dos colaboradores da chamada “comunidade de informações”, em cujo centro estava o SNI,

³⁰ Sobre este tema e suas polêmicas, ver FICO, 2012.

³¹ Mariana Joffily faz essas observações em relação aos cuidados na análise de descrições de depoimentos e confissões de presos políticos obtidos sob tortura durante a Ditadura.

consistia em instrumentalizar os órgãos ditos de *repressão* com as informações necessárias às suas operações. Em segundo lugar, até os dias atuais, inúmeras pessoas sequer imaginam que tiveram seus nomes inclusos nos autos e LDBs elaborados pelos agentes de informação, e esta revelação tardia pode vir a despertar sentimentos tão desagradáveis quanto os evocados por um relato explícito de violência (LAGÔA, 1983; FICO, 2007). Em junho de 2013, por exemplo, o jornal *Zero Hora* publicou uma reportagem na qual se entrevistou pessoas identificadas em fichas do antigo DOPS gaúcho, localizadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Dentre os entrevistados, estava o próprio professor Alceu Ferraro, que declarou não ter conhecimento de sua ficha até então.³² Se isto em si não é revelador de um contato com uma experiência de passado a qual se deseja esquecer, a maneira reticente pela qual Ferraro tratou de seu afastamento da vida eclesiástica - no mesmo período de sua vida em que a ficha do DOPS foi feita - na entrevista de História Oral realizada para este trabalho o é.

Por último, o repositório através do qual pude ter contato com a materialidade dos panfletos, cartazes, informes estudantis, sindicais e diversos recortes de jornal do período eleitoral da UFRGS de 1988 foi o arquivo pessoal do professor Balduino Andreola,³³ sob os cuidados do Projeto Memória Faced. Balduino, que sucedeu Alceu no cargo de diretor da Faculdade de Educação entre 1988 e 1992, esteve muito próximo aos acontecimentos de interesse da presente monografia - o que lhe possibilitou, diga-se, de uma maneira muito organizada, realizar a guarda do referido material por décadas, para então doá-lo ao Memória Faced. Se é verdade que os arquivos pessoais são constituídos num ato essencialmente subjetivo de “recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano” (ARTIÈRES, 1998, p. 21), talvez se possa ver na atitude deste professor também uma intencionalidade na perpetuação da memória não apenas de si, mas dos eventos relativos à polêmica eleição para reitor, para o futuro inquérito de um pesquisador. É chegada a hora, portanto, de apresentar uma narrativa sobre o tema.

³² Os fichados do Dops: o padre autor de uma cartilha subversiva. *Zero Hora*, 1º jun. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/os-fichados-do-dops-o-padre-autor-de-uma-cartilha-subversiva-4156439.html> Acesso em: 24 jan. 2019.

³³ Balduino Antonio Andreola é Professor Emérito da UFRGS, além de ter sido Diretor da Faculdade de Educação (1988-1992). Doutor em Ciências da Educação pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica (1985), centrou seus estudos ao longo de sua carreira acadêmica em torno dos temas educação popular e da educação do campo. Em 2019, realizou a doação de documentos pessoais ao Memória Faced que subsidiaram a presente pesquisa.

Quanto à estrutura do presente trabalho, tomei a liberdade de me inspirar numa obra que é um dos marcos literários brasileiros, lançada em 1902: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Sua divisão tripartite, com focos analíticos e narrativos distintos - respectivamente, “A Terra”, “O Homem” e “A Luta” - dizem respeito à própria condução narrativa que busquei dar à minha monografia, construindo primariamente o contexto para então dar forma a uma narrativa histórica dos acontecimentos da eleição de 1988. A ordem capitular, entretanto, não pôde ser exatamente a mesma.

O capítulo 1 introduz “O Homem”, à semelhança e diferença de seu correspondente na obra euclidiana: o professor Alceu Ravello Ferraro, figura central à qual se dirige o presente trabalho. Essa parte apresenta determinados elementos de sua trajetória de vida que se entrelaçam com a atuação dos órgãos de repressão e informação da Ditadura de Segurança Nacional, dentro e fora da UFRGS, e em diferentes períodos.

O capítulo 2 constrói “A Terra”, o terreno no qual se desenrolaram os acontecimentos da eleição de 1988: a UFRGS, ou, mais genericamente, a universidade brasileira e sua situação frente ao processo de transição e redemocratização que excedeu 1985, incluídas as crescentes iniciativas de democratização do espaço universitário e seus choques com a persistente e residual presença e atuação dos agentes da *comunidade de informações* nos campi.

O capítulo 3 apresenta descritivamente o processo eleitoral de 1988, desde as principais figuras, órgãos e grupos de interesse envolvidos, do âmbito local ao nacional, bem como o desenvolvimento das inúmeras mobilizações, assembleias e protestos de discentes, docentes e funcionários, ocorridos especialmente entre abril (eleição) e setembro (posse do professor Gerhard Jacob) daquele ano, e que caracterizaram “A Luta” aqui abordada.

1 “O HOMEM”: ALCEU FERRARO, A DITADURA E A UNIVERSIDADE

Na primeira semana de maio de 1988, o repórter Ney Gastal, representando o *Jornal RS* - então conhecido por “Jornal do Jockymann” por ser propriedade do jornalista e dramaturgo Sérgio Jockymann -, compareceu à Faculdade de Educação da UFRGS. Intentava realizar uma entrevista com aquele que, no mês anterior, havia saído vitorioso na votação direta da comunidade universitária para o cargo de reitor da universidade: o professor Alceu Ravello Ferrari. Gastal era mais um representante da imprensa que voltava sua curiosidade para o processo eleitoral na UFRGS - possivelmente por seu ineditismo, e o fato de ser comparativamente tardio em relação a outras instituições do Ensino Superior que adotaram sistemas de consulta semelhantes.

Na introdução do artigo que relata o encontro com o reitor eleito, Ney Gastal exhibe talentos de cronista na descrição de sua chegada ao edifício da Faced; relato este extremamente nutrido de determinadas expectativas por parte do jornalista, de tal modo que seria inevitável tecer relações com este trabalho - em especial, à prática da entrevista³⁴ como uma das suas metodologias constituintes. Assim descreve o repórter sua chegada ao edifício da Faced:

Cheguei ao prédio da Faculdade de Educação, no Campus Central da UFRGS, e perguntei na portaria onde ficava o gabinete do diretor. Nono andar. No elevador, a lotação também está limitada a nove pessoas. Subimos em onze, atentamente contadas pela ascensorista, que não contou a si própria. Lá em cima, cercado de vista por todos os lados, fui até um ‘aquário’ de vidro e perguntei ao funcionário qual a sala do diretor. ‘Um momento’, respondeu, sem levantar os olhos dos envelopes que estava agrupando em maços. Esperei. Depois de um longo momento, e ainda sem levantar os olhos, ele indicou: ‘Sala 913’. Não entendi a razão da espera, mas a vida há muito me ensinou a não discutir com funcionários recém-chegados ao que pensam ser o poder. Afinal de contas, o diretor da Faculdade de Educação é o professor Alceu Ferrari, eleito em votação pela comunidade universitária, para ocupar o cargo de reitor da UFRGS. Cargo, como se sabe, cheio de poder.³⁵

Tal relato, curiosamente marcado pelas presunções prévias do autor em relação a que tipo de pessoa estava prestes a entrevistar - o reitor eleito, portanto uma pessoa de importância e *poder* -, em muito se assemelha às minhas próprias expectativas para a

³⁴ Em que pese, naturalmente, a distinção metodológica da entrevista jornalística em relação à de História Oral. Consultar: SPERANZA, Clarice. Testemunhas ou fontes: Relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-251, jan.-dez. 2006.

³⁵ GASTAL, Ney. A Universidade deve ter uma relação dialética com a sociedade onde está inserida: entrevista de Alceu Ferrari a Ney Gastal. **Jornal RS: O Jornal do Jockymann**. Porto Alegre, 2 (86): 24-5, 7-8 de maio/1988.

realização da entrevista de História Oral com Alceu Ferraro no dia 10 de abril de 2019. Àquela altura, já estudava a trajetória do professor e a eleição de 1988 há pelo menos três meses, processo que gerou, em primeiro lugar, uma série de inquietações e dúvidas inerentes à pesquisa histórica. Em segundo, como consequência do primeiro elemento, a constituição de uma relação subjetiva entre pesquisador e tema pesquisado, entre biógrafo e biografado - em que pese o professor Ferraro ainda não me conhecer, e minha metodologia não ser puramente biográfica; uma relação descrita por Vavy Pacheco Borges como uma projeção, por parte do biógrafo, “de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades” (BORGES, 2009, p. 232 apud AVELAR, 2010, p. 166), de tal modo que a ansiedade gerada pela expectativa do primeiro encontro com o indivíduo central de meus estudos era considerável. Atribuo este quê de *idealização* a uma consequência direta da “ilusão biográfica” contra a qual alerta Pierre Bourdieu em seu clássico texto de mesmo nome: a ideia de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto (...)” (BOURDIEU, 2006, p. 184). A trajetória de Alceu Ferraro, neste sentido, e os acontecimentos de sua vida, encadeados num sentido linear, seriam elementos de predestinação ao grande *clímax* de minha narrativa, a eleição de 1988, e o professor, o grande protagonista. Para esta pesquisa, portanto, fez-se necessário o cuidado em evitar tal perspectiva já superada pela historiografia e pela biografia histórica, em prol de uma compreensão de que os eventos biográficos e de trajetória de vida, “traçados historicamente em meio a configurações sociais diversas” (SCHMIDT, 2012, p. 203), devem ser trabalhados pelo historiador não como o fim da pesquisa em si, e tampouco como uma espécie de sacralização do sujeito central, mas como ferramentas para a compreensão e análise de suas respectivas configurações históricas, visando responder a um problema de pesquisa específico formulado seguindo os pressupostos teórico-metodológicos apropriados: “uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico”. (Ibid., p. 195). O presente trabalho adota tal perspectiva no sentido de compreender a presença e as mutações dos sistemas de repressão e vigilância e da chamada *comunidade de informações*³⁶ sobre as universidades brasileiras ao longo da Ditadura, a partir dos tensionamentos

³⁶ Expressão que designava, na linguagem dos próprios militares, a totalidade do sistema de informações e espionagem da Ditadura Militar, compreendendo todos os corpos de militares e civis colaboracionistas, pagos ou voluntários, que formavam os olhos e ouvidos da Ditadura Militar, e cuja “cabeça” era o SNI. Ver LAGÔA, 1983, p. 33.

enfrentados por Alceu Ferraro com estes mesmos sistemas ao longo de sua vida, tensionamentos estes que viriam a custar, ao professor, sua nomeação ao cargo de reitor em 1988.³⁷

Compreender o funcionamento destes aparatos de espionagem, produção de informações e filtragem ideológica dos governos militares, na sua atuação no longo prazo, parece uma chave para o estudo do próprio processo que possibilitou a permanência destas estruturas autoritárias no pós-Ditadura - tal interpretação será o foco do segundo capítulo. Apresentar, por outro lado, o ambiente acadêmico brasileiro sob a Ditadura Militar através da trajetória de Ferraro: esta é a finalidade a que se dedica este primeiro capítulo, partindo da entrevista de 10 de abril de 2019.

1.1 A entrevista de História Oral

Fui gentilmente recebido por Marlene Ribeiro, ex-professora aposentada da Faculdade de Educação da UFRGS e esposa de Alceu Ferraro, em sua residência. Era pouco depois das 9 e meia da manhã do dia acertado para a entrevista. Após as devidas apresentações, sou conduzido a um pequeno escritório, contendo apenas uma mesa com computador, paredes tomadas por estantes de livros e um sofá, ao qual tomei assento à espera do professor. Experiência muito distinta da de Ney Gastal quando, em maio de 1988, ascendeu ao nono andar da Faculdade de Educação para conduzir suas questões ao reitor eleito, frisando sempre em seu texto certa postura “arrogante” que percebia dos funcionários da Faced em relação à sua presença, num “gabinete que já introjetou a reitoria”. (GASTAL, 1988, p. 23). Minha chegada não pressupôs uma sensação de hostilidade, mas sim de receio; afinal, em toda a idealização referida anteriormente, estava eu prestes a entrevistar não simplesmente Alceu Ferraro, mas sim o Alceu *reitor eleito de 1988*. Aqui a experiência novamente se aproxima da do repórter, especialmente quando, dados cerca de cinco minutos de espera, pude compartilhar, àquele momento, da mesma quebra de expectativa: “é com surpresa que o vejo modesto” (Ibid., p. 23).

³⁷ Novamente, não se trata de considerar os momentos de tensão entre o professor Alceu e o aparato repressivo num plano linear de conduziria à eleição de 1988, mas sim destacar aspectos cruciais do funcionamento deste aparato e suas mutações até chegar ao que consistia o SNI naquele ano, o qual era bastante distinto em relação a 1974, por exemplo.

Modesto, evidentemente, neste momento dizia respeito à novidade do primeiro encontro com a pessoa central dos meus estudos; em carne, osso e uma vida de memórias. Possuía eu comigo somente dois pequenos gravadores para o registro da entrevista; uma cópia de sua tese de doutorado, *Igreja e Desenvolvimento*, de 1968,³⁸ bem como fotocópias de dois panfletos que circularam no período da campanha eleitoral de 1988, no intuito de que servissem como instrumentos mnemônicos para “reavivar a lembrança sobre acontecimentos passados” (ALBERTI, 2005, p. 179); e o roteiro da entrevista, com alguns tópicos e questionamentos levantados ao longo do processo de pesquisa e formulados, de forma consideravelmente aberta, a fim de direcionar a conversa rumo ao tema de pesquisa - afinal, se admitimos a entrevista de História Oral como um acontecimento e como parte de um processo de produção de fontes,³⁹ convém lembrar que “não há fonte que preexista à pesquisa” (VENSON & PEDRO, 2012, p. 136). Ou seja: a própria constituição da fonte oral - com a formulação do roteiro sendo um elemento chave deste processo - deve ser pensada visando a elucidação do problema de pesquisa. Entretanto, convém novamente lembrar que isto significa também não induzir as respostas do entrevistado por meio de um roteiro demasiado estreito. (ALBERTI, 2005, p. 179).

Após a chegada do professor e as devidas apresentações, teve início a entrevista. Destaco, em primeiro lugar, que diversos fatos a mim relatados por Alceu já haviam sido narrados em outros momentos: seja na primeira entrevista do professor ao Projeto Memória Faced (FERRARO, 2011b), no documentário *Com Dor* (direção de Giancarla Brunetto, 2008) e mesmo à Zero Hora, em 2013.⁴⁰ Entretanto, isto é justamente interessante por permitir a percepção de possíveis nuances e variações no discurso memorialístico nos respectivos momentos em que cada uma destas fontes foi produzida - e cujo conjunto nos permite construir, historiograficamente, uma narrativa sobre os acontecimentos em questão.

³⁸ Cópia obtida na Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS.

³⁹ Outras etapas deste processo incluem desde a própria elaboração do projeto de pesquisa, a avaliação da relevância e possibilidade de realização da entrevista de História Oral, sua transcrição e posterior interpretação - esta última envolvendo, inclusive, uma relação de poder do pesquisador em relação ao entrevistado, devido ao monopólio da interpretação (ALBERTI, 2005; VENSON & PEDRO, 2012, p. 136).

⁴⁰ Entrevista referida anteriormente.

1.2 Entre Roma e Natal: Alceu e os anos 1960

Nascido no ano de 1935 como Alceu Ravello *Ferrari*, no interior de Júlio de Castilhos/RS, viveu a infância e concluiu os estudos primários na chamada “Vila Barril”, que mais tarde se tornaria o município de Frederico Westphalen. Aos treze anos de idade, ingressou no Seminário São José, em Santa Maria, um caminho o qual, dadas as condições inerentes à vida rural do período, era “o único caminho possível para prosseguir nos estudos”; mas também por influência do fato de ter tido quatro irmãos ordenados na Igreja Católica. (FERRARO, 2011a, p. 72; Idem, 2019, p. 1).⁴¹ Isto tudo lhe permitiria, mais adiante, ingressar na educação superior em Roma, na Itália, pela Pontifícia Universidade Gregoriana onde, entre 1956 e 1963, bacharelou-se em Teologia e Ciências Sociais, além do mestrado na mesma área. Em 1964, já concluía igualmente os estudos relativos a seu doutorado, faltando apenas a tese - que viria a ser redigida no Brasil, entre aquele ano e 1968.

A tese de doutoramento do professor Alceu - *Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal* -⁴² consistiu num estudo sociológico acerca de uma organização eclesial chamada “Movimento de Natal”, e os impactos do trabalho social por ela realizado no desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e da própria Região Nordeste como um todo. Com um grande engajamento em entidades representativas camponesas e sindicais, do que decorria uma considerável influência política, o Movimento de Natal praticamente incorporava todas as características de um movimento social. Ferraro descreve já ter, àquele tempo, ciência dos riscos de tal pesquisa: “na época, só falar em ‘movimento social’ já despertava desconfiança”; sobretudo ao compor um estudo sobre um movimento social da região Nordeste, “uma das regiões mais explosivas do mundo”. (FERRARO, 2019, p. 1). Os olhos e ouvidos do regime ditatorial instaurado em 1964 - exatamente no momento em que o ainda estudante Alceu iniciava sua tese, no Rio de Janeiro⁴³ -, sob a égide do anticomunismo, estavam já atentos a qualquer sinal de subversão promovida pela suposta “guerra revolucionária” do comunismo internacional (COMBLIN, 1978, p. 44); ou, ao menos, o que

⁴¹ Um relato muito interessante da infância de Alceu Ferraro está publicado, pelo mesmo, no livro *Tempos de escola: Memórias, Vol. II*, organizado por Beatriz Daudt Fischer (Porto Alegre: Oikos, 2011).

⁴² FERRARI, Alceu. *Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

⁴³ Alceu Ferraro narrou, em sua entrevista, um anedótico fato: desembarcou no Rio de Janeiro, vindo da Itália, pouco mais de 10 dias antes do golpe, em 19/03/1964; e, na virada de 31 para 1º de abril, permaneceu recluso em pesquisa na biblioteca da CNBB, absolutamente alheio aos acontecimentos políticos externos, trabalhando em sua tese. (FERRARO, 2019, p. 2)

acreditavam ser sinais dela. A organização do SNI, pouco tempo após a instauração do novo regime, foi um dos principais instrumentos desta vigilância, mesmo que ainda limitada num primeiro momento.⁴⁴

A pesquisa de Alceu não chamaria a atenção das autoridades, no entanto, até o ano de 1968, quando já estava concluída, redigida e a tese prestes a ser publicada. Em dezembro daquele ano - um dos anos mais explosivos e violentos da repressão política no Brasil -, justamente às vésperas da outorga do Ato Institucional nº 5 pelo governo militar, a tese estava a ser impressa pela gráfica da Fundação José Augusto, empresa estatal do Rio Grande do Norte. Ferrari, em meio à agitação política do período, “estava com receio, porque (...) tinha certeza que eles [os militares] estavam a par da tese que estava sendo publicada...” (FERRARO, 2019, p. 4). Este fato gerava um problema ainda maior - e que necessitou de uma solução um tanto cômica:

Pra ter o título [de doutor, pela Pontifícia Universidade Gregoriana], eu precisava não só imprimir minha tese feita aqui, mas mandar cinquenta exemplares pra Roma. E eu tava vendo que a coisa tava azedando aqui pro Brasil. Eu tava prevendo que ia dar alguma coisa muito séria, então eu prometi um barril de chope e um churrasco pro pessoal da gráfica, se me entregasse a tese na sexta-feira, 13 de dezembro, de manhã, oito horas da manhã. Os caras viraram a noite pra conseguir me imprimir duzentos exemplares... (Idem, 2011b, p. 7)

Com as cópias em mãos, Alceu levou os exemplares necessários ao Rio de Janeiro - de forma discreta, numa rota pelo interior -, de onde os despachou para a Pontifícia Universidade Gregoriana “com a ajuda de alguns amigos e alguns contatos nos Correios”. (Ibid., p. 7). Quanto às demais cópias, Ferraro informa que havia providenciado a elas “um lugar seguro, um porão de uma igreja lá de Natal”, onde teriam permanecido escondidas por cerca de quinze anos (Idem, 2019, p. 4).

Mas o que haveria de tão incriminador na tese do professor Ferraro em si, que justificasse tamanhos cuidados? Para os agentes da Ditadura Militar, a temática dos movimentos sociais, algumas citações a Karl Marx e uma capa vermelha eram suficientes.⁴⁵ De fato, Alceu atribui o interesse das autoridades por seu trabalho devido “ao embasamento, algum embasamento em Marx e uma faixa vermelha na capa”. Embasamento este que era,

⁴⁴ O SNI passaria por uma primeira expansão e fortalecimento apenas entre 1967 e 1968, com a chegada dos militares da “linha-dura” ao poder. (SAMWAYS, 2013, p. 88)

⁴⁵ Em geral, só esta última já era mais do que suficiente: refiro-me aqui à muito difundida história de um agente da repressão que teria apreendido, entre outros itens considerados “comunistas”, um exemplar do romance *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal. (A incrível história da câmera comunista. **Estadão**. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes.a-incrivel-historia-da-camera-comunista.383132> Acesso em: 15 jun. 2019, 21h54min.)

interessantemente, em tom crítico ao economista e filósofo alemão: “nesse livro, eu faço uma crítica a Marx, e eu rejeito uma tese de Marx, que é a tese de que toda religião é o ópio do povo. Eu disse: ‘não, pode também não ser. Pode também ser o contrário’.” (Ibid., p. 3). Crítica, inclusive, exposta já nas primeiras páginas da tese - que provavelmente sequer foi lida, ou ao menos compreendida pelos militares no poder.⁴⁶

Esta tese renderia a Alceu sua primeira aparição nos registros do SNI, a partir de um Pedido de Busca (PB) emitido pelo III Exército. Os PBs eram um dos instrumentos de ofício dos órgãos de informação da Ditadura Militar, e consistiam em um documento “por meio do qual um setor do sistema de controle solicitava, a um órgão de vigilância específico, dados sobre um indivíduo, grupo, organização ou entidade”. (MANSAN, 2014, p. 113). No dia 17 de março de 1969, em documento identificado como PB nº 83/III Ex, registrou-se, sobre Alceu Ferrari: “Professor de Sociologia e vigário de Frederico Westphalen/RS, autor da obra *Igreja e Desenho*” (sic).⁴⁷

Já doutor em Sociologia, Alceu regressou à sua terra natal, Frederico Westphalen, onde passou a exercer funções religiosas como cúria da catedral, bem como a lecionar Sociologia numa recém-inaugurada unidade da Universidade de Santa Maria no município. Foi esta, inclusive, a primeira experiência de Ferrari como professor universitário. Em 18 de novembro de 1969, no entanto, foi preso por um tenente do Exército; de acordo com os registros *oficiais* chancelados no SNI,⁴⁸ por desacato a ordens de entregar às autoridades uma publicação intitulada “Crescei e viver” (sic),⁴⁹ cujo teor foi considerado subversivo. Para Alceu, no entanto, o motivo da prisão é incerto, mas essencialmente político:

Uns dizem que foi pela tese, outros que foi por ter enfrentado os representantes das três forças da polícia, né, da Civil, Polícia Militar e do Exército... Mas eu não sei, porque tem muita coisa que aconteceu que a gente não sabe o motivo, e os motivos aparentes não parecem explicar muito. Eu tenho a impressão que havia um interesse em achar uma situação em que eu pudesse ser preso. (FERRARO, 2019, p. 5)

⁴⁶ “Segundo Karl Marx, haveria uma radical oposição entre religião e desenvolvimento. Sua teoria, porém, ressentia-se de graves limitações metodológicas. A primeira reside no método meta-histórico seguido pelo autor. A segunda, consequência deste mesmo método, está na falta de distinção entre formas de religiosidade diversas. Talvez a história fizesse eco a certas afirmações de Marx, tivesse-as ele circunscrito à forma concreta de religiosidade cristã encontrada na Prússia de seu tempo. (...)” (FERRARI, 1968, p. 21).

⁴⁷ Este PB está reproduzido no prontuário SNI nº 32.459, dossiê sobre o professor Alceu produzido em 1988. O equívoco na reprodução no nome da tese reflete apenas o notório desconhecimento que alguns dos agentes do “Serviço” possuíam sobre os temas que investigavam.

⁴⁸ Informe nº 300, 1ª DC, 21/11/69, também reproduzido no prontuário SNI nº 32.459.

⁴⁹ Possivelmente “Crescei e **vivei**”, constituindo assim mais um equívoco de ordem ortográfica de um datilógrafo.

A prisão gerou uma comoção na localidade, que prontamente se mobilizou em defesa do vigário Alceu Ferrari. Neste sentido, o rádio foi um elemento mobilizador muito forte: “Pequenas rádios do interior, não é? De uma pra outra, e pra toda região que já me conhecia, (...) e foi passando adiante e aquilo virou, como vou dizer assim, um baita incômodo para o pessoal do Exército”. O escândalo evitou, inclusive, que Alceu fosse transferido para o quartel em Ijuí, permanecendo somente em prisão domiciliar até ser solto, em 4 de dezembro. (Ibid., p. 6). Em outro informe do SNI, o agente faz somente uma pequena observação: “é considerado como líder na cidade”.⁵⁰

Esta prisão, que viria a ser novamente invocada múltiplas vezes nos *documentos sensíveis* produzidos pela repressão, seria um dos entraves na vida do professor Alceu Ferrari ao longo da Ditadura Militar, e mesmo além dela: tanto no momento de sua contratação pela UFRGS, em 1974, quanto na eleição para reitor da Universidade, em 1988.

1.3 Alceu, professor universitário: os anos 1970

Não é bem definido, ao menos a partir da entrevista de História Oral realizada, o momento em que Alceu abandonou a vida e as atividades eclesiais para se dedicar exclusivamente à docência universitária. Há, no entanto, indícios, e estes podem apontar tanto para uma saída *traumática* quanto para uma mera decisão pelo silêncio que pode ou não estar relacionada a isto. Em dado momento da entrevista, Ferraro menciona: “Uma acusação que deve ter contra mim é que eu pertencia a um grupo de onze. Mas é pura mentira: o grupo era de dezessete, e não tinha nada a ver com o dos onze.”⁵¹ Era coisa interna da própria Igreja”. (FERRARO, 2019, p. 7). Embora o professor não faça em nenhum outro momento menção a este grupo, a documentação produzida pelo SNI que cita Alceu traz algumas informações - que devem ser lidas pelo historiador, evidentemente, com a perícia em saber por qual viés escrevia o agente do SNI.⁵²

O Informe nº 57/1972/APA-SNI, por exemplo, do ano de 1972, cita um suposto conjunto de padres ditos subversivos, denominados simplesmente como “Grupo”, e que se

⁵⁰ Informe nº 312, 1ª DC, 27/11/69.

⁵¹ Referência aos “Grupos dos Onze” de Leonel Brizola. Sobre este tema, ver o verbete temático do CPDOC/FGV em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/grupos-dos-onze>. Acesso em: 1º jul. 2019, 12h35min.

⁵² Retome-se aqui a discussão proposta por JOFFILY, 2014.

reuniriam periodicamente em Frederico Westphalen sob a liderança de Alceu Ravanello Ferrari. Ao “Grupo” é atribuída uma mobilização contra a nomeação de um certo Dom Bruno Maldaner à diocese do município - bem como a prática da “doutrina maoísta, oriunda da Itália”. Em muitos momentos, Alceu, bem como outros nomes de clérigos citados - Domênico Battocchio e Henrique Oddenino - são qualificados como “ex-padres”, como no prontuário SNI nº 1099, de João Ferrari Manfio, outro suposto membro do “Grupo”. Isto porque a mobilização dos sacerdotes resultou no seu desligamento, compulsório ou voluntário, da Igreja Católica. O Informe 183/III Ex, de 26 de julho de 1971, afirma, sobre Ferrari: “Em 14 nov. 71, foi punido (...) por ser clérigo (sic) romano ligado à subversão”.

Neste momento, a razão da reticência de Alceu Ferraro, durante sua entrevista, fica mais evidente; até que ponto tal silêncio foi uma decisão deliberada ou mero receio do professor em fugir do tema da entrevista - que eu havia circunscrito a seu engajamento na universidade -, é difícil afirmar. No entanto, a categórica afirmação “Era coisa interna da própria Igreja” parece delimitar o espaço da narrativa que o entrevistado queria dar ao entrevistador.

Dácia Ibiapina da Silva, em seu artigo *História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos e memórias traumáticas*,⁵³ aborda o conceito de “gestão do indizível”, proposto por Michael Pollak como um desenvolvimento de outro conceito, o de “gestão do silêncio”. Tal ideia diz respeito a como os narradores de suas memórias lidam com lembranças de eventos considerados traumáticos - como, digamos, um desligamento forçado da vida eclesial por razões políticas, em meio a uma Ditadura de Segurança Nacional. Segundo a autora, “os próprios narradores, a seu modo, têm plena consciência de que são sujeitos de suas memórias e de seu silêncio, que podem e devem geri-lo, dependendo da confiança que depositam nos interlocutores e do decorrer do tempo” (SILVA, 2003, p. 76). Neste sentido, a decisão de Alceu em não entrar no mérito do fim de sua vida eclesial pode ter sido deliberada. No momento da entrevista, eu, como entrevistador, percebi esta evasão e poderia ter inquirido sobre os acontecimentos de 1971, pois já havia entrado em contato com a documentação do SNI em questão; no entanto, supondo ser esta uma questão potencialmente mobilizadora de sensibilidades indesejadas, optei por não insistir no tema.

⁵³ SILVA, Dácia Ibiapina. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. *História Oral*, v.6, p. 69-94, 2003.

Tampouco informei sobre a presença, em minha pesquisa, da ampla documentação do SNI sobre sua pessoa.

Fato é que restou a Alceu Ferrari, após estes episódios, o ofício da docência. Em 1971, passou a lecionar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), onde, dentre outras disciplinas, ministrou Estudos de Problemas Brasileiros - ironicamente, um instrumento ideológico da Ditadura Militar.⁵⁴ Um dos temas abordados por esta disciplina era a Teoria da Segurança Nacional - naturalmente, uma simplificação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) a partir de seus elementos constituintes: Objetivos, Segurança, Poder e Estratégia Nacionais.⁵⁵ Sobre seu período como professor desta disciplina, Alceu relata uma pequena anedota:

Mais de uma ocasião tem gente, tinha gente da... Da Segurança Nacional em sala de aula. Tem um que chegou pra mim e mostrou: 'ó, eu sou do SNI. Tô fazendo o curso aqui, mas o que senhor disse é verdade. Segurança Nacional é isso mesmo'. (FERRARO, 2019, p. 9)

De fato, o SNI visava consolidar uma presença total no meio universitário; e o fez através de um sofisticado sistema de vigilância e repressão. A expansão dos órgãos de informação se deu, como referido anteriormente, com a chegada dos militares da *linha-dura* ao poder no Brasil. Em 1967, portanto, no governo do General Arthur da Costa e Silva, são criadas as Divisões de Segurança e Informação (DSIs), órgãos de assessoria e vigilância alocados em todos os Ministérios do governo - inclusive o Ministério da Educação e Cultura. À DSI/MEC coube, estrategicamente, a partir deste período, a vigilância sobre as universidades. (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5). Foi nesta configuração do sistema de informações que se efetivou o processo dos expurgos universitários, especialmente na UFRGS - espaço de interesse desta pesquisa.

Entre 1969 e 1970, este sistema passou por uma nova expansão e capilarização, a partir da passagem das DSIs para o controle direto do SNI e a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), como “uma tentativa de coordenar de modo mais eficaz alguns dos principais segmentos da estrutura de vigilância” (MANSAN, 2014, p. 80) naquilo que ficaria

⁵⁴ Sobre a EPB e sua implementação na UFRGS, ver KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB - Estudos de Problemas Brasileiros na Ditadura Militar e Civil Brasileira (1970-1993): o caso da UFRGS**. Tese (Doutorado em História). UFRGS - 2019.

⁵⁵ Elementos que serão abordados mais adiante neste trabalho. Ver COMBLIN, 1978, p. 50.

conhecido como a *comunidade de informações*.⁵⁶ Ainda em 1970, são criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis, posteriormente ASIs), que consistiam em repartições do SNI presentes nas diversas empresas públicas e autarquias - incluídas as universidades.

No caso da UFRGS, sua Aesi foi formalmente criada em 1971 e chefiada pelo Coronel Natalício da Cruz Corrêa.⁵⁷ Os chefes das Aesis universitárias competiam em importância com os próprios reitores das instituições, agindo tanto em colaboração quanto de forma independente destes; instalavam-se, inclusive, no seio das próprias reitorias. (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5). Ferraro observa: “antes do gabinete do reitor ficava exatamente a sala do Coronel Natalício” (FERRARO, 2011b, p. 1). A partir desta posição privilegiada, o chefe da Aesi/UFRGS conduzia suas atividades de vigilância, produção de informes, dossiês e sua remissão aos órgãos superiores do sistema de informações - no caso, a APA/SNI ou a delegacia regional do MEC. Mas uma das mais importantes funções da Aesi era a triagem ideológica das contratações da universidade, realizada a partir da elaboração de LDBs dos pleiteantes a cargos públicos. (LAGÔA, 1983, p. 22). Na prática, a instrução geral do SNI era de que “os órgãos de segurança deveriam ser consultados previamente sobre cada contratação. (...) fazia-se um LDB enviado à DSI/MEC, que se encarregava de consultar os órgãos da comunidade de informações”, com a finalidade de se evitar a indesejada contratação de elementos “esquerdistas”. (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5)

Em 1974, o professor Alceu Ferrari foi aprovado em concurso para docente da Faculdade de Educação da UFRGS. No momento de ser contratado, no entanto, viu-se pego pela malha fina autoritária da Ditadura, o que foi inicialmente por ele percebido devido à demora na emissão de seu contrato de trabalho. O professor, suspeitando de uma possível atuação das autoridades, decidiu confrontar o chefe da Aesi; e o relato de tal conversa é muito representativo de que tipo de poder era exercido pelo agente de informações:

E como não saía meu contrato, eu fui pedir pra falar com o coronel, e ele aceitou. Aí eu perguntei: ‘bom, eu estou aqui, preciso falar com o senhor porque... Eu preciso achar um meio de viver. Se eu não posso entrar na universidade, assinar o contrato do concurso que eu me classifiquei em primeiro lugar, eu precisaria ter certeza, porque então eu vou achar... Ver se acho outro trabalho’. Aí ele me disse: ‘e o senhor acha que tem alguma coisa contra o senhor?’. Eu digo: ‘tem... E tem da

⁵⁶ Este sistema integraria não somente o SNI, mas também os serviços secretos do Exército (CIE), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (CISA), além do aparato de repressão representado pelo sistema CODI-DOI, que obtinha da *comunidade* as informações necessárias à execução do trabalho sujo (SAMWAYS, 2013, p. 97).

⁵⁷ Segundo Motta (2014a), no entanto, o Coronel Natalício já atuava na UFRGS pelo menos desde 1968 - no auge do período do expurgo de professores.

parte, da sua parte, ou de alguém do seu lado, e de alguém do meu lado’. Aí comecei a conversar e tal, e tal, e virou numa conversa, até... Rimos muito, os dois. No fim, ele parou: ‘bom, já conversamos bastante. Se não tiver saído o seu contrato dentro de 48 horas, o senhor volta aqui. Tá bom?’. ‘Tá bom’. Tchau, pronto. E realmente saiu o contrato. (FERRARO, 2019, p. 7)⁵⁸

Os chefes da Aesis detinham um grande poder extraoficial de influência na contratação de pessoal para a universidade, apesar de não possuírem diretamente o poder de veto - neste sentido, os reitores “tinham um maior grau de intervenção no processo” (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 5). Entretanto, o simples conhecimento da presença de um Coronel do Exército atuando próximo ao alto escalão da universidade, além de um incontável contingente de colaboracionistas do regime infiltrados nos corredores, bares, salões e salas de aula, gerava um clima de absoluta suspeição que conferia a este braço da comunidade de informações um poder ainda maior. “As atividades realizadas por essas agências, mais sua aura de segredo e mistério, já que poucos sabiam como elas funcionavam e quais os seus limites, conferiu-lhes poder e disseminou o medo”. (Ibid., s/n, cap. 5).

Na UFRGS não seria diferente. Para o professor Fernando Becker, também da Faculdade de Educação, em depoimento dado ao documentário *Com Dor* (2008): “havia um mal estar permanente, a gente sentia uma paranoia coletiva que chegávamos a dizer: *em quem se pode confiar?*”. Observação semelhante é feita pela professora Merion Bordas, em artigo comemorativo dos quarenta anos da Faced, em 2010:

Nós éramos sujeitos a vigilância constante, tanto no Colégio [de Aplicação] quanto na Faculdade. (...) Nós éramos sujeitos a ter sempre ‘alguém’ na sala de aula, principalmente aqui, porque, além de tudo, era Faculdade de Educação.” (BORDAS & ANDREOLA, 2010, p. 307).

Evidentemente, no entanto, esta não era uma percepção unânime. Nesta época, o diretor da Faculdade de Educação da UFRGS era o professor Roberto Costa Fachin. Qualificando sua postura à época como a de “naturalmente partidário da Revolução [de 1964]” (FACHIN, 2011, p. 2), Fachin declara haver um certo desconhecimento seu, naquele momento, acerca da gravidade da situação política em que o Brasil se encontrava:

Nós estávamos na época do milagre econômico. (...) Havia uma euforia, e esse lado, assim, digamos, *negro* desse período não aparecia pra nós. Pra mim, não aparecia. Eu pouco identificava. É verdade que havia coisas... Por exemplo, você não podia fazer certas coisas sem consultar o Assessor de Segurança da UFRGS. (FACHIN, 2008, documentário *Com Dor*)

⁵⁸ Antes da entrevista de História Oral, este relato já havia sido narrado por Alceu em diversas ocasiões, como no documentário *Com Dor* (2008), em sua primeira entrevista ao Projeto Memória Faced (2011) e em uma entrevista ao jornal Zero Hora (2013).

Causa estranhamento, certamente, a ideia de que um professor universitário, ocupando um cargo diretivo àquele momento, não percebesse à sua volta acontecimentos tão hediondos como os expurgos de 1968. Não é acidental, portanto, que este professor tivesse alçado o cargo de diretor da Faced, fato que o próprio atribui a uma boa relação com o reitor da UFRGS, Eduardo Faraco:⁵⁹ um homem que, conforme observa Motta (2014a, s/n, cap. 5), “vinha se destacando na repressão política”. Aqui, é interessante perceber a *gestão da memória* presente no depoimento do professor e ex-diretor; em tempos nos quais a confissão de um alinhamento ao Regime Militar é devidamente reconhecida como vergonhosa, torna-se compreensível a postura de narradores que “contam (...) apenas o que acreditam que pode e deve ser relatado sem prejudicar a auto-imagem e a imagem pública do narrador” (SILVA, 2003, p. 77).

Alceu Ferraro, apesar de visado pelos agentes do sistema de informações, passaria o resto dos anos 1970 em relativa tranquilidade. Seu relato sobre o incidente em torno de sua contratação, por outro lado, é característico da relação dúbia de *repressão* e *conciliação* que este trabalho visa compreender como constituinte de uma cultura política do autoritarismo de elite brasileiro - tema do próximo capítulo.

⁵⁹ Isto está exposto em entrevista de História Oral concedida por Fachin ao Projeto Memória Faced, em 2011.

2 “A TERRA”: REDEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Os anos 1980 representaram, para o Brasil, um processo *sui generis* de abertura política e redemocratização, marcado pela conjugação de elementos aparentemente contraditórios, mas muito representativos da amálgama entre as rupturas com o sistema ditatorial vivido até então e a luta deste mesmo sistema por sua sobrevivência na Nova República. A compreensão deste processo histórico deve, portanto, incluir uma preocupação de mão dupla: de um lado, a abertura *controlada* pretendida pelos militares, representada pelo que ficou conhecido como “Projeto Geisel-Golbery”; de outro, as crescentes pressões da sociedade civil ao longo do final dos anos 1970 e início dos 80, em luta pela liberdade democrática. Objetiva-se, com este capítulo, compreender as relações deste contexto nacional com as universidades - especificamente a UFRGS -, bem como as possibilidades de interpretação da perpetuação de estruturas autoritárias da Ditadura Militar a partir do conceito de *cultura política*.

De forma geral, quando se evoca a expressão de Ernesto Geisel que se tornaria o lema do processo de abertura, “lenta, gradual e segura”, pouca ênfase é dada à palavra “segura” - que é bastante representativa da intenção que o grupo político militar que retoma o poder em 1974 tinha: zelar pela segurança e continuidade da “Revolução” de uma forma politicamente viável, especialmente após a agitação que marcara os governos Costa e Silva e Médici. Na prática,

rever certos aspectos deste [do regime] para institucionalizar um modelo político mais liberal, através da restauração progressiva de algumas liberdades civis mínimas. O objetivo final não era exatamente revogar o autoritarismo e instituir ‘a democracia’, mas tornar a ditadura militar menos conservadora politicamente (CODATO, 2005, p. 166).

Esta *segurança* pretendida pelos ideólogos do “Projeto” - em especial, Geisel e seu Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva - dizia respeito à busca por condições de permanência das estruturas autoritárias de poder, e não a um aparente *relaxamento* do regime. É importante ressaltar que o pós-1974 pode ter sido o período da revogação dos Atos Institucionais, da Anistia e de uma maior liberdade de expressão e manifestação popular; mas também foi o contexto dos assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, em 1975 e 1976, respectivamente; da consolidação da Operação Condor; do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, em 1978; do frustrado atentado do Riocentro, em 1981, e de muitos outros atos

semelhantes; e mesmo do assassinato de Alexandre Von Baumgarten, em 1982.⁶⁰ Em poucas palavras, “Geisel, apesar de ser o presidente da abertura, também reprimia” (SPEKTOR, 2018 apud FERREIRA, 2018, s/n).⁶¹ O dirigente fez uso, inclusive, do Ato Institucional nº 5, quando conveniente (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8). Evidentemente, boa parte desta violência era exercida por setores militares da dita *linha-dura*, descontentes com a condução da abertura política pelo governo Geisel. Se, por um lado, o governo buscava preservar a Ditadura por meio de reformas, tais grupos acreditavam que o endurecimento do regime seria a única forma de evitar o retorno das esquerdas. Assim, “segmentos conservadores e a extrema-direita procuraram resistir e sabotar a distensão, o que levou à intensificação da violência repressiva contra alvos de esquerda”. (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8). Tanto os supostamente *moderados* quanto a *linha-dura*, no entanto, tinham um objetivo em comum: preservar a *segurança nacional*.

Naturalmente, tal noção de *segurança* está calcada na DSN. Joseph Comblin, já em 1978, descreveu com precisão os alicerces desta doutrina que guiou o *modus operandi* da Ditadura Militar brasileira, bem como do processo geral da distensão. Se àquele momento intentam preparar o retorno à democracia,

(...) os militares sabem muito bem o que a futura democracia não poderá ser: não poderá ser uma volta ao passado. São unânimes em afirmar que o processo do qual são agentes é um processo irreversível. Jamais a democracia antiga voltará: ela abriu caminho à desordem, à subversão, à anarquia e, finalmente, ao marxismo. Em suma, a democracia tradicional é incapaz de realizar o projeto de Estado que os militares desejam cumprir. (COMBLIN, 1978, p. 72)

Importava aos militares construir formas de perpetuação do cerne autoritário do Estado, a fim de que, mesmo que a Ditadura tivesse seu fim, nada depois dela pudesse ser “como antes” - antes, evidentemente, de 1964. A partir disso, podemos começar a compreender um pouco de como foi possível, por exemplo, que determinados grupos e práticas do âmbito político da Ditadura puderam ter sobrevivência e relevância no período democrático. Sobre este aspecto, Adriano Codato (2005) afirma:

quando se consideram a natureza conservadora do processo de transição política no Brasil, seus meios autoritários e seus objetivos restritos, não surpreendem as razões

⁶⁰ Sobre este crime e as misteriosas circunstâncias que envolvem participação do SNI, consultar este interessante trabalho: ALBERTINI, Lauriani Porto. **O Caso Baumgarten e a crise da ditadura (1983-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). UFSCar - 2003.

⁶¹ A revelação de um documento que versa sobre a autorização de execuções sumárias por parte do Presidente Ernesto Geisel, em maio de 2018, pelo professor Matias Spektor (FGV), é uma das mais recentes evidências da atuação da “linha-branda” no terrorismo de Estado. O documento em questão é de domínio público, e acessível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite> Acesso em: 20 mai. 2019, 22h19min.

do continuísmo do mesmo grupo no poder após 1985, ainda que às custas de seu transformismo político; nem o fato de que todo o processo de transição tenha sido dirigido e executado pela mesma associação de políticos profissionais e generais autoritários. A longevidade da tríade Arena-PDS-PFL na cena política não nos deixa esquecer que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados à ditadura, mas uma reacomodação no universo das elites (...). (CODATO, 2005, p. 181)

A distensão e transição para a democracia constituíram um processo histórico complexo que, como tal, não esteve em absoluto sob controle da cúpula militar. Novos atores políticos passaram, no final dos anos 1970, a aproveitar as maiores possibilidades de expressão para manifestar seu desapeço pela Ditadura, bem como o desejo de mudanças, “forçando os limites estabelecidos e provocando mudanças no ritmo previsto pelos ‘arquitetos políticos’ do regime” (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8). Especialmente a partir da queda do AI-5, em 1978, a emergência de movimentos sociais e outras formas de organização e reivindicação da sociedade civil tomaram a cena política; e as universidades desempenharam um papel fundamental neste processo.

2.1 Universidade e redemocratização

Às 9 horas da manhã de 1º de setembro de 1988, cerca de cem estudantes ocuparam o prédio da Reitoria da UFRGS em protesto contra a posse de Gerhard Jacob como reitor, nomeado pelo Presidente José Sarney no dia anterior. A cerimônia de transmissão do cargo - para ele mesmo, pois era à época o vice-reitor em exercício - ocorria, àquele mesmo instante, na Sala dos Conselhos da Universidade, no mesmo edifício que prontamente teve sua saída interditada pelos manifestantes. A exigência de que renunciasse ao cargo em favor do professor Alceu Ferrari, vitorioso na eleição, foi respondida por Jacob com um chamado à intervenção da Brigada Militar, que invadiu o Campus Central por volta das 13 horas e dispersou a manifestação com gás lacrimogêneo.⁶² O jornal *Zero Hora*, que noticiou o incidente no dia seguinte, observou: “A Brigada Militar não era chamada a intervir em conflitos na UFRGS há nove anos. O último caso ocorreu em 1979, quando os estudantes protestavam, na Praça Argentina, contra a visita do ex-presidente argentino Jorge Videla.”⁶³

⁶² Todo este episódio foi acompanhado atentamente pelo SNI, que o registrou em Informe catalogado na Agência Central sob a identificação AC ACE 68467/88.

⁶³ Confusão e tumulto na posse do reitor da UFRGS. *Zero Hora*, Porto Alegre, 2 set. 1988, p. 28. Recorte de jornal obtido no arquivo pessoal do professor Balduino Andreola.

Tratava-se de uma alusão ao que ficou conhecido como a “Batalha da Praça Argentina”: uma série de mobilizações, por parte do movimento estudantil da UFRGS, em repúdio à visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla a Porto Alegre - em 1980, à diferença do que informou a notícia da *Zero Hora* -, violentamente reprimidas pelas forças policiais.⁶⁴ A justaposição destes dois eventos pelo redator da reportagem, sem adentrar o mérito da intencionalidade, revela-nos um interessante aspecto do jovem período democrático da Nova República: o medo do retorno, ao centro do jogo político, das velhas práticas e dos antigos alçózes do Estado democrático de direito; a “permanente, ainda que tácita, ameaça de um regresso autoritário” (DUARTE, 2018, p. 74). O destaque a esta comparação pode demonstrar que o recurso à via autoritária, por parte do reitor nomeado da UFRGS, para a resolução do impasse, não era mais vista no pós-1985 da mesma forma que durante a vigência da Ditadura Militar. Afinal, em tempos de um presidente civil no poder - mesmo que em circunstâncias de caráter “acidental” (FERREIRA, 2018, s/n) - e de instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, era de se esperar que prevalecesse a normalidade democrática - sem se imaginar, entretanto, os arranjos feitos pelas elites autoritárias em nome da preservação de suas práticas e seus lugares de poder; mesmos arranjos que possibilitaram, dentre outras coisas, ignorar-se a decisão democrática do sufrágio universitário.

As universidades, através de suas representações estudantis, de docentes e de funcionários, se organizaram de forma combativa, à sua maneira, na esteira do levante de parte da sociedade civil contra a Ditadura no final dos anos 1970 - que constituiu, como visto anteriormente, força considerável que imporia tensões à planejada “abertura” dos militares - e cujo ápice foi o movimento das *Diretas Já!*,⁶⁵ frustrado com a derrubada da Emenda Dante de Oliveira, em 1984, (Ibid., s/n), demonstração do ainda resistente poder das forças reacionárias na cena política. O retorno do movimento estudantil às ruas, em 1977, “colocando também, na ordem do dia novas demandas, como a anistia e a Constituinte” (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8) marcaria apenas o início da retomada do protagonismo político de movimentos sociais e contestatórios de um regime do qual já estavam fartos.

⁶⁴ Uma excelente pesquisa sobre este tema - que em muito dialoga com a presente pesquisa, especialmente no que diz respeito às fontes - está em FERNANDES, Letícia Wickert. **Nem Videla, nem Figueiredo!™**: A Batalha da Praça Argentina e a resistência estudantil na UFRGS através dos documentos do SNI. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFRGS - 2017.

⁶⁵ Sobre a campanha das “Diretas Já!”, ver o verbete temático do CPDOC/FGV em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diretas-ja> Acesso em: 29 jun. 2019, 16h32min.

As *greves* foram, neste período, um dos principais instrumentos através dos quais diversos segmentos da sociedade buscavam a reivindicação de seus direitos; e este instrumento seria empregado pelas IFES, a partir do ano de 1980, de forma quase ininterrupta ao longo daquela década, com paralisações a nível nacional em 1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1987 e 1989; com a mais longa delas durando 84 dias, em 1984 (ALMEIDA & LIMA, 2016, p. 1358). Pautada nestes movimentos residia a questão salarial, pois o poder de compra dos cidadãos brasileiros já estava, àquela época, a sentir os efeitos corrosivos da inflação oriunda do declínio do “milagre econômico” da década anterior; além disso, “a sensação de crise e escassez transcendia o problema dos salários, já que começaram a faltar recursos para o funcionamento básico das instituições - em alguns casos, sem dinheiro até para papel higiênico” (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8). A todas as pautas também subjazia a oposição à Ditadura.

Outra forma de resistência ao decadente regime militar se deu pelo método que mais diz respeito a esta monografia - a realização de eleições diretas para o cargo de reitor das universidades; forma essa de magna relevância, por ameaçar diretamente os até então intocados altos escalões universitários, diretamente ligados aos militares. Àquela época, a legislação vigente a respeito da nomeação pelo Presidente da República - e não eleição - dos reitores das IFES era a Lei nº 6.420/77,⁶⁶ que somente realizava pequenas alterações à famigerada Lei nº 5.540/68, a lei da Reforma Universitária. Em ambas, era estabelecida a elaboração, no âmbito dos órgãos superiores da universidade, de uma lista de seis nomes - a *lista sêxtupla* - a ser encaminhada ao MEC para apreciação e escolha de “alguém adequado” (Ibid., s/n, cap. 8), ou seja, alinhado ao regime e/ou sem ligações à “subversão”.

Curiosamente, a primeira IES a adotar um sistema democrático de escolha de seu dirigente foi uma instituição privada: a PUC-SP, no ano de 1980. Esta iniciativa, em meio à agitação das greves daquele período, difundiu-se a ponto de ser incorporada como pauta das mobilizações. “Reivindicações de mudança no processo de elaboração das listas sêxtuplas despontaram em meio às assembleias de greve de 1980, e em 1981 e 1982 deram origem a movimentos em várias universidades federais do país” (Ibid., s/n, cap. 8). Desta forma, já que a obrigatoriedade da formulação das listas ainda persistia, exigia-se ao MEC e à Presidência

⁶⁶ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977. Altera a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6420.htm#art1 Acesso em: 30 jun. 2019, 03h11min.

da República a nomeação do candidato mais votado dentre seus seis integrantes - constituindo, assim, um processo democrático de escolha pelo sufrágio direto.

O governo Figueiredo não receberia, evidentemente, de bom grado tais exigências. Dentre os notórios casos em que o Governo Federal simplesmente ignorou a colocação dos pleiteantes a reitor, nomeando da lista o nome de maior interesse, estão o da UFSCar e da UFBA, ambos em 1983. Para Motta (2014a), no entanto, após tais episódios, e especialmente com a nomeação para reitor da UFSC, em 1984, do primeiro colocado na consulta à comunidade universitária, “a norma oficial para a escolha de dirigentes universitários [se tornou] praticamente letra morta”, o que teria se consolidado com a ascensão do governo civil a partir de 1985. *Mas será mesmo?*

Dispomos de boas razões para crer que a prática do desrespeito ao voto da comunidade universitária persistiria, ainda, na Nova República. Em janeiro de 1988, a UFBA protagonizaria, novamente, um incidente semelhante ao de 1983: o Governo Federal nomeou para o cargo de reitor daquela instituição o professor Rogério Vargens, quinto colocado na votação da comunidade acadêmica, em detrimento da professora Eliane Azevedo, que fora efetivamente a mais votada. Este acontecimento colocaria em clima de suspeição outra eleição para reitor que ocorreria alguns meses depois: a da UFRGS, em abril de 1988. O professor Alceu Ferraro observa, em sua entrevista, no entanto, que após toda a comoção e incômodo ao governo gerados por sua não-nomeação ao cargo de reitor da UFRGS, “nunca mais o governo deixou de nomear o mais votado” (FERRARO, 2019, p. 15). Mas isto será tema para o terceiro capítulo desta monografia.

Imagem 1 - Recorte do Boletim do ANDES, Ano VIII, nº 34 (março/ 1988), p. 5, denunciando a não-nomeação de Eliane Azevedo para o cargo de reitora da UFBA.



Fonte: Arquivo pessoal de Balduino Andreola (Arquivo da Faced/UFRGS)

2.2 Cultura política

Se, em primeiro lugar, admitimos que as eleições para reitor no período da redemocratização desempenharam o importante papel de pôr em xeque os até então incontestes grupos colaboracionistas da Ditadura, ou ao menos omissos em relação a ela, nos centros diretivos das universidades; que a nomeação de reitores alinhados ao governo autoritário, ignorando-se os resultados de tais eleições, seria, antes de tudo, uma forma de manutenção destes mesmos grupos no poder; e que esta prática adentrou o período democrático, como no caso da UFRGS em 1988, podemos inferir que haveria ainda, em pleno governo Sarney, uma influente presença destas elites antidemocráticas - e com suporte do Estado.

Esta constituía apenas uma das aparentes contradições do primeiro governo da Nova República, o qual, imbuído da tarefa de consolidar a transição do Estado de Segurança Nacional para a democracia, era liderado por um Presidente “ex-aliado do regime ditatorial e [que] tinha em seu governo figuras fortes, como o Ministro Leônidas Gonçalves⁶⁷ e a permanência intocável do Serviço Nacional de Informações (SNI) no cenário nacional” (DUARTE, 2018, p. 74). Ex-Arena e PDS, José Sarney apresentava uma postura leniente em relação ao período com o qual deveria romper. Isso se torna evidente ao se analisar a postura do Presidente em relação à memória do passado ditatorial. Segundo Pedro Teixeira (2019), Sarney defendia que “as denúncias sobre graves violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado eram uma tentativa de estímulo ao revanchismo e deviam ‘ser sepultadas definitivamente’”, em nome de uma “reconciliação nacional”.⁶⁸ A retórica do revanchismo é precisamente definida por Enrique Padrós (2009) como uma

acusação feita por setores vinculados ou simpatizantes do antigo *establishment* autoritário aos setores que exigem conhecer a verdade sobre aqueles fatos do passado recente. É o medo de que apareçam os nomes dos responsáveis pela aplicação da tortura, nomes de delatores, o uso de métodos criminosos, confirmação de apropriação de bens, posturas ignóbeis, etc. (PADRÓS, 2009, p. 41).

Em outras palavras, tal ideia está imbuída do desejo de *esquecimento* do passado, esquecimento este fundado na impunidade aos agentes e colaboradores da repressão e perseguição política na Ditadura. Este “comportamento escamoteador dos governos da Nova

⁶⁷ General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército no governo de José Sarney.

⁶⁸ TEIXEIRENSE, Pedro. Os Presidentes da Nova República e a memória do Golpe de 1964. **Café História - História feita com cliques**. 1º abr. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-republica-ditadura-militar-golpe-de-1964/> Acesso em: 1º abr. 2019, 9h15min.

República serviu também para escancarar o estado de insipiência da democracia no Brasil” (PELEGRINE, 2017, p. 137). Evidentemente, este recurso à impunidade por meio do esquecimento continha o propósito de preservar determinados grupos, cuja exposição e responsabilização⁶⁹ por seus crimes poderia lhes custar as posições de poder que ainda mantinham após 1985. Esta fachada de conciliação nacional convivia, ainda, com o emprego da violência e do velho aparato repressivo por parte do Estado, aliado à força militar. O que ficou conhecido como “Massacre de Volta Redonda”, em 1988 - quando tropas do Exército intervieram de forma truculenta na Companhia Siderúrgica Nacional a fim de desbaratar uma greve, assassinando três trabalhadores - é evidência disso (FERREIRA, 2018, s/n); bem como a própria continuidade das operações de informação e contrainformação do SNI até 1990, remetendo seus dossiês e pareceres aos ministérios, à Casa Civil e ao Gabinete da Presidência da República.

Este intento de reconciliação, permeado pela arbitrariedade do autoritarismo quando conveniente, diz respeito à categoria de análise que pretendo empregar para uma interpretação do contexto universitário brasileiro no período, suas implicações nas eleições para reitor das IFES e - finalmente - o caso da UFRGS, em 1988: a *cultura política*. O conceito, já brevemente abordado na Introdução do presente trabalho, pode ser definido como um

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhados por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2018, p. 114).

No caso específico aqui estudado, é útil para uma compreensão das práticas de perpetuação do poder e do *status quo* perpetradas pelos grupos ligados à Ditadura - compreendidas aqui também como *práticas culturais* -, especialmente no que se refere aos elementos em comum que unem as subjetividades em grupos. Para Jean-François Sirinelli, “as formas de agregação são múltiplas e um dos objetos do historiador é, portanto, analisar o que contribui para unir grupos no plano político” (SIRINELLI; RODRIGUES & CLAVEL, 2015, p. 316).

⁶⁹ Em verdade, o risco da punição era quase nulo, em boa parte devido à redação dúbia dada à Lei de Anistia, em “uma forma engenhosa de garantir a impunidade dos criminosos de Estado sem ao mesmo tempo admitir que os mandantes e os agentes do governo ditatorial tenham cometido tortura, assassinato, desaparecimento e outras vilanias flagrantemente ilegais até para o simulacro de legalidade da ditadura.” (SILVA FILHO, 2011, p. 11). A exposição e vexação pública dos colaboracionistas da Ditadura, por outro lado, era ainda uma possibilidade - e um receio.

Como construir uma genealogia da cultura política do grupo em questão - a elite política ligada à Ditadura Militar? Sobre a origem de uma cultura política, Serge Bernstein afirma que essa “corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.” (Ibid., p. 355). Não é o intuito desta monografia tecer tal genealogia; de certa forma, Motta já o realiza em seu texto *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*,⁷⁰ em que descreve a cultura política de *conciliação/acomodação* presente na sociedade brasileira, historicizando-a a partir do período colonial e estendendo esta prática cultural aos mais variados setores da sociedade.⁷¹

Pretendo realizar um recorte nesta proposição, buscando evidenciar o elemento de conciliação/acomodação da cultura política brasileira em sua faceta de elites; e de que forma estas, próximas e imbuídas pelo poder militar, utilizaram-se da economia de *acomodações* - e, especialmente no caso específico dos detentores do poder coercitivo do Estado, do binômio *acomodação/repressão* - como meio de resolução vertical de conflitos, de forma paralela à pura e simples repressão política, mas equivalente em seu autoritarismo.

Podemos vislumbrar as origens desta cultura política específica inscritas na *longa duração* no intervencionismo militar que foi próprio de todo o período da República e que garantiria às Forças Armadas, ao longo do século XX, serem “reconhecidas como poder moderador”, sendo esta a gênese de uma cultura militar de interferência nos assuntos políticos do país (BORGES, 2007, p. 17). A partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, e da formulação da Doutrina de Segurança Nacional até o golpe de 1964, os militares “assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos” (Ibid., p. 16); imiscuindo-se, neste processo, no papel de elites dirigentes do Estado brasileiro, e incorporando suas práticas culturais.

⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./jun. 2018.

⁷¹ Ao abraçar a ideia de uma cultura política *nacional* brasileira, Motta aparenta ir contra os desenvolvimentos mais recentes do próprio conceito de cultura política, aproximando-se das origens estadunidenses do mesmo. Para Sirinelli, por exemplo, “uma vez que o espaço do Estado-nação permanece essencial para analisar aspectos relevantes do político, tal constatação não significa, entretanto, que as culturas políticas tenham uma dimensão nacional. (...) os processos de globalização têm, de todo modo, feito emergir processos de capilaridade transnacional sobre as culturas políticas” (SIRINELLI; RODRIGUES & CLAVEL, 2015, p. 317). Entretanto, em nenhum momento Motta nega as culturas políticas internas de um país, tampouco pretende, segundo ele próprio, postular “uma excepcionalidade brasileira” a fenômenos como o personalismo (MOTTA, 2018, p. 121).

As representações que determinado grupo faz de si mesmo desempenham um papel central na constituição deste enquanto ator político (BERNSTEIN, 1998, p. 350). Neste sentido, a longa tradição intervencionista militar conferia à cúpula que passara a controlar o poder após 1964 - em sua própria visão, e de vários setores da sociedade civil - a legitimidade necessária ao que consideravam ser sua missão quase messiânica - a salvaguarda contra o “comunismo internacional”. Embevecidos pela Doutrina de Segurança Nacional e imersos na *ideologia* da Segurança Nacional, esta nova elite com uma cultura política em comum teve, como elemento de agregação, naturalmente, o anticomunismo. A conjugação destes elementos compôs, portanto, a base ideológica do autoritarismo da Ditadura Militar. Joseph Comblin expressa o cerne desse pensamento:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é o que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste o aparente comunismo, o Estado está presente faz intervir a segurança nacional. (...) à onipresença do comunismo, responde-se com a onipresença da segurança nacional. (COMBLIN, 1978, p. 55)

Esta cultura política das elites dirigentes do período, derivada da DSN e de caráter reacionário, autoritário e sobretudo anticomunista, impregnou o Estado brasileiro ao longo dos 21 anos, garantindo as condições necessárias para sua contínua reprodução - seja numa escala macro, como no caso do ambicioso Projeto Geisel-Golbery em salvaguardar as “conquistas da Revolução”, seja na escala micro, com a arbitrária atuação dos agentes partidários do regime entre a repressão propriamente dita e a negociata estratégica, por meio dos processos de *acomodação*, a fim de evitar maiores problemas. Desta última, o maior exemplo abordado por este trabalho foi a atuação do Coronel Natalício, chefe da Aesi/UFRGS, quando o professor Alceu Ferrari se dirigiu à “toca do leão”,⁷² a fim de pedir esclarecimento sobre a demora de seu contrato de trabalho. Segundo Motta (2014b, p. 80), “escamotear e conciliar conflitos têm sido meios eficientes para reduzir tensões sociais e, com isso, manter o poder político e privilégios sociais, facilitando a manutenção do *status quo*”.

A universidade brasileira foi um dos maiores exemplos da presença deste traço da cultura política brasileira. No próximo capítulo, veremos de que formas sub-reptícias, por meio de conchavos e outros movimentos semelhantes, o espectro do autoritarismo brasileiro

⁷² Em conversa com o professor Fernando Becker em 1974, pouco antes de confrontar o chefe da Aesi/UFRGS, Ferrari teria declarado: “vou à toca do leão”. (BECKER, 2011, p. 1)

ainda teve sobrevida, com certo sucesso e apoio institucional - por meio do “entulho” autoritário legislativo ainda vigente e pela própria atuação do SNI - no período pós-ditatorial. O professor Ferrari, por exemplo, não se veria mais em complicações com a *comunidade de informações* ao longo de sua trajetória na Faced/UFRGS pelo restante dos anos 1970.⁷³ Isso mudaria, entretanto, quando seu nome surgiu dentre os pleiteantes a reitor, e os agentes de informação, ainda atuantes na Nova República, dedicaram seus esforços à difamação do professor. Analisaremos agora, portanto, o caso específico da primeira eleição direta para reitor da UFRGS, em 1988.

⁷³ “Eu tive muita sorte, porque outros levaram... Outros levaram... [pausa] Pagaram caro. Muito mais caro do que eu.” (FERRARO, 2019, p. 7)

3 “A LUTA”: A PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA REITOR DA UFRGS

O processo eleitoral de escolha democrática do reitor da UFRGS ocorreu de forma tardia em relação às demais IFES. Enquanto que, desde o início da década de 1980, iniciativas nesse sentido se multiplicaram, o reitor da UFRGS em 1988 fora ainda escolhido diretamente por João Figueiredo: o professor Francisco Luís dos Santos Ferraz, tendo como seu vice o professor Gerhard Jacob. Este fato lhe conferia grande repúdio por parte do movimento estudantil, não sendo à toa que lhe conferissem, adequadamente, o epíteto de “último reitor da Ditadura”.⁷⁴

Esta eleição foi marcada pela forma como foi influenciada tanto por forças internas da Universidade - especialmente, os grupos políticos docentes que não desejavam o professor Alceu Ferrari no cargo de reitor - quanto externas, e estas últimas dizem respeito tanto às articulações legislativas do reitor Ferraz para que pudesse ser candidato, quanto à busca de apoio na cúpula governista de José Sarney por parte de homens como Jacob, Walter Otto Cybis e, em menor escala, os demais candidatos da lista sêxtupla, com exceções;⁷⁵ some-se ainda a quase onipresença do SNI e dos agentes de sua *comunidade*, a qual, emitindo pareceres ideológicos e elaborando planos de ação para a tomada de decisões do Poder Executivo, possivelmente tiveram responsabilidade direta no desfecho dos eventos após a eleição de abril. É o que o presente trabalho pretende evidenciar.

Embora o Coronel Natalício, chefe da Aesi/UFRGS, tivesse deixado o cargo em 1979, quando o governo Figueiredo formalmente “extinguiu” esses órgãos (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8), a vigilância simplesmente passou a ser exercida por outros meios. E as possibilidades eram muitas: além da ASI da delegacia regional do MEC ter incorporado essa atribuição, o CMS, por meio do CIE, além da APA - através da qual, obrigatoriamente, passava toda a documentação remetida à AC/SNI -, todos esses órgãos poderiam preencher a lacuna da ASI/UFRGS e suas funções de *informação e contrainformação*. Ademais, na esteira da redemocratização, a situação para os próprios agentes era outra: “(...) precisaram disfarçar-se e afastar-se do espaço físico das universidades, pois tinham de enfrentar agora líderes

⁷⁴ Tal como no panfleto produzido pelo DCE/UFRGS em abril de 1988, já aludido na Introdução.

⁷⁵ Os professores Hégio Trindade e Ludwig Buckup, respectivamente quinto e sexto colocados na lista sêxtupla, manifestaram apoio à causa de Alceu Ferrari, mantendo o pacto firmado no sentido de somente aceitar a nomeação do mais votado.

oposicionistas mais ousados, assim com alguns reitores menos dispostos a cooperar” (Ibid., 2014a, s/n, cap. 8).

Isso não impediu, entretanto, que muitas ASIs universitárias simplesmente continuassem a operar, seja nas sombras ou de forma institucional. Em 1983, Alceu Ferrari compareceu à UFRN a fim de participar de um seminário denominado *Educação e Movimentos Sociais*. Em que pese o curioso fato de esta ser uma das primeiras vezes, em quase uma década, que Ferrari figurava num documento repressivo - mesmo que *en passant* - o destaque fica para o relato feito sobre este evento por um agente do CIE, muito revelador da forma como ainda atuavam, às vésperas do fim da Ditadura Militar, dos órgãos da *comunidade*:

O Seminário sobre "Educação e Movimentos Sociais no RN na década de 60" não teve a repercussão (sic) que seus organizadores esperavam, principalmente, pela ação do Chefe da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal do RN que, através da pressão exercida sobre o Pró-Reitor para Assuntos de Extensão Universitária, LAURO GONÇALVES BEZERRA e sobre o próprio Reitor DIÓGENES DA CUNHA LIMA, conseguiu eliminar a articulação dos coordenadores do projeto, mostrando que a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RN estava promovendo e arcando com as despesas de um seminário cujos objetivos maiores eram os do Movimento Educação Popular, que tem em professores da UFRN, seus divulgadores e continuadores do método de PAULO FREIRE.⁷⁶

A documentação cuja análise embasou a construção desta narrativa compõe-se, em boa parte, de documentos *repressivos* ou *sensíveis*, produzidos num contexto em tese *democrático* - a Nova República - por agentes ainda fiéis aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, e que reportaram ao MEC e à Presidência da República, meticulosamente, o dia-a-dia do processo eleitoral de 1988. Se considerarmos que os agentes responsáveis por esta função nas universidades constituíam grupos “encastelados”, “refratários às mudanças políticas e que, além disso, haviam adquirido interesses corporativos na preservação do poder da *comunidade*” (Ibid., 2014a, s/n, cap. 8), podemos questionar: *além do óbvio anticomunismo, estariam os agentes e/ou colaboracionistas do “sistema” temerosos em perder cargos na Universidade, caso Alceu fosse nomeado reitor? O que isso pode dizer sobre a cultura política deste grupo?* São questões de cujas respostas se pode ter uma ideia ao analisar o processo eleitoral em sua totalidade. E cabe começar abordando o contexto pré-eleitoral.

⁷⁶ Informe nº 1528-S/102-A4-CIE, registrado na AC/SNI sob a identificação AC ACE 35698/83. É interessante observar, neste documento, a colaboração entre os diferentes órgãos da *comunidade*.

3.1 “Rector magnificus, ad aeternum”

No dia 8 de janeiro de 1988, o deputado federal Victor Faccioni (PDS-RS) protocolou, junto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o PL nº 313/1988. Em suma, o texto propunha alterações na forma de escolha dos reitores das IFES. Por um lado, era a primeira peça legislativa que punha no papel o processo de consulta à comunidade universitária para eleição de reitores - vale lembrar que as eleições para reitor pelo voto direto eram um dispositivo “informal” de resistência à legislação autoritária da Ditadura.⁷⁷ Por outro, propunha a possibilidade de “recondução” a seus cargos, por meio do mesmo mecanismo de sufrágio, de reitores cujas gestões fossem consideradas “exemplares” por suas respectivas comunidades acadêmicas. Em outras palavras: a reeleição de forma ilimitada, caso assim desejasse a comunidade universitária, a fim de evitar a interrupção de projetos de gestão e desenvolvimento das instituições. Tudo isso em nome de “eliminar uma restrição, e o de reconhecer a liberdade de a instituição incluir no seu processo de escolha eleitoral o Reitor ou Diretor em exercício que, no seu livre julgamento, deva continuar na direção da instituição (...)”. Ao final da justificativa do PL, interessadamente, conclui: “é o início da remoção do malsinado entulho autoritário” (BRASIL, 1988).

Este projeto, à época, dividiu a comunidade acadêmica. O professor Rogério César de Cerqueira Leite, em coluna na *Folha de São Paulo* intitulada *Rector Magnificus, Ad Aeternum*,⁷⁸ critica duramente a proposta, em suas duas frentes. Qualifica como uma “aberração” a questão da reeleição de reitores, e também sinaliza posição veementemente contrária à instituição do voto direto para o cargo, vendo neste “um procedimento bastardo, que ilegitimamente se considera decorrente do princípio democrático”; defende a lista tríplice, enxergando somente no alto escalão universitário a legitimidade e a “autoridade acadêmica” para a eleição. Para Leite, o PL 313/1988 aponta para o “corporativismo” na universidade, bem como “o interesse de um solitário reitor em perpetuar-se”.

Outras posições eram menos radicais e certamente favoráveis ao processo democrático de escolha dos reitores, como a do ANDES. Em seu boletim (Ano VIII, nº 34, já referido neste trabalho), opõe-se ao PL de Faccioni ao mesmo tempo em que defende a

⁷⁷ Motta (2014a, s/n, cap. 8), inclusive, vê neste processo uma manifestação de uma própria cultura política brasileira, na “disposição tradicional de fazer arranjos para contornar obstáculos legais”.

⁷⁸ LEITE, Rogério César de Cerqueira. Rector magnificus, ad aeternum. **Folha de S. Paulo**, 23 mar. 1988. Arquivo Pessoal do prof. Balduino Andreola.

nomeação da prof.^a Eliane Azevedo para o cargo de reitora da UFBA - ou seja, reconhece a legitimidade do voto da comunidade acadêmica. Em notícia da *Folha* de 22 de março,⁷⁹ Antônio Ibanez, representado o ANDES, declara: “somos contrários à reeleição porque, é evidente, o reitor controla toda a máquina administrativa da universidade, e a reeleição coloca muito claramente a possibilidade de prática *clientelista* no processo.” A mesma notícia ainda informa sobre uma aliança entre os partidos PDS, PFL e PMDB - este último a partir da influência de Ibsen Pinheiro, líder do governo Sarney na Câmara - em prol da aprovação do projeto. Por último inclui, ainda, uma declaração de Florestan Fernandes, à época deputado pelo PT, e que pode ser bastante informativa a respeito, especificamente do contexto pré-eleitoral da UFRGS: “o que torna o projeto mais lamentável é sua possível conexão com a reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a única que ainda defende a reeleição”.⁸⁰

A conexão referida era, justamente, a evidente intenção de Francisco Ferraz em pleitear sua possível recondução⁸¹ ao cargo de reitor por meio do processo eleitoral, caso a aprovação do PL 313/1988 assim o permitisse.. Chegou-se a produzir material de campanha por parte do grupo situacionista *Compromisso com a Universidade* com o nome do então reitor dentre os candidatos. A *comunidade de informações*, que já em março de 1988 acompanhava as movimentações políticas em torno da eleição na UFRGS, observou que Ferraz “mobilizou-se no sentido de candidatar-se a novo mandato, na tentativa de ver aprovado, em tempo hábil, Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional (...), que acabou não sendo apreciado até o término do período estipulado para a inscrição de candidatos ao pleito”.⁸² A demora na análise do PL, o que frustrou as intenções do então reitor, pode também ser atribuída à atuação, naquele período, da Assembleia Nacional Constituinte, o que fazia com que as tramitações ordinárias do Legislativo ficassem restritas ao turno da manhã.⁸³ Desse modo, no dia 3 de abril, Ferraz abdicou totalmente de suas pretensões, lançando a candidatura dos professores que representariam a situação em seu nome.

⁷⁹ Um dia antes da coluna de Rogério Cerqueira Leite; é intrigante observar como esta questão era pautada diariamente na imprensa.

⁸⁰ Entidades são contra reeleição de reitores. **Folha de S. Paulo**, 22 mar. 1988. Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

⁸¹ Não podemos falar em *reeleição* de Ferraz, pois não fora eleito pela comunidade acadêmica.

⁸² Dossiê AC ACE 68330/88.

⁸³ Tal como é observado no Informativo Extraordinário da ADUFRGS de abril de 1988.

Entretanto, a imagem de Ferraz e de seu grupo já estavam comprometidos perante os olhos da comunidade acadêmica. O mesmo agente do SNI observa que a empreitada do reitor “gerava manifestações de protesto, movidas por dirigentes das entidades representativas das classes estudantil e dos servidores daquela Instituição de Ensino Superior”. Um panfleto, assinado por “professores e estudantes do PCB na UFRGS” e que circulou em março de 1988, denuncia as movimentações de Ferraz, bem como seus laços com setores do PDS e do regime militar.⁸⁴ “(...) nomeado reitor em 84 pelo general Figueiredo a pedido de Nelson Marchezan, vem novamente socorrer-se do PDS, na figura do deputado federal Victor Faccioni, para continuar no cargo”.⁸⁵

A tensão pré-eleitoral se acirrou ainda mais quando, na madrugada de 29 para 30 de março, quatro estudantes da Universidade, que o SNI assinalou como sendo Clóvis Rochelli da Silveira, Juliano Leão Zancanaro, Paulo Augusto Petz e Hemi Salvatori Bigatti,⁸⁶ foram detidos por picharem palavras de ordem⁸⁷ contra o reitor no asfalto e em paredes do Campus Central. A violência empregada pelas forças policiais, convocadas pela reitoria para intervir na ocorrência - inclusive com agressões e efetuação de disparos na perseguição dos estudantes - gerou grande repercussão negativa que catalisou o repúdio generalizado do movimento estudantil à *situação*, duas semanas antes das eleições.

3.2 O período pré-eleitoral

Nos dias 21 e 29 de março, respectivamente, a Comissão Eleitoral da UFRGS publicou os Boletins Informativos nº 1 e 2,⁸⁸ dispondo sobre as normas para a realização da consulta à comunidade acadêmica para escolha do novo reitor. Tal regramento foi estabelecido após ponderação dos conselhos superiores da Universidade, a saber: o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (CONCEP) e

⁸⁴ Durante a Ditadura Militar, projetos de ordem semelhante visaram consolidar a permanência de figuras alinhadas ao regime nas reitorias. É o caso da “Lei Azevedo” (Lei nº 6.733/1979), feita exclusivamente para garantir a permanência do Capitão José Carlos de Azevedo - um dos reitores mais repressivos do período ditatorial - à frente da UnB. (MOTTA, 2014a, s/n, cap. 8).

⁸⁵ “Fora Ferraz! Nos bastidores da sacanagem...”. Panfleto do PCB distribuído na UFRGS. Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola.

⁸⁶ Informe registrado sob a identificação EPA ACE 16292/88.

⁸⁷ “Fora Ferraz! O último reitor da Ditadura! A comunidade nunca te quis!” - de acordo com panfleto distribuído pelo DCE/UFRGS nos primeiros dias de abril/1988.

⁸⁸ Diretrizes para o processo de escolha do reitor da UFRGS. **Boletim da Comissão Eleitoral UFRGS**, nº 2, 29 mar. 1988. Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

o Conselho de Curadores (CONCUR), que definiram um processo eleitoral para constituição de uma lista sêxtupla, de forma não-paritária entre estudantes, funcionários e professores. A proporção do peso dos votos desses três segmentos foi estabelecida como sendo de 25% para estudantes, 25% para funcionários e 50% para a classe docente. Alceu Ferraro, em sua entrevista, recorda que o percentual para discentes e funcionários era ainda menor, mas “se conseguiu, na época, (...) elevar de 20 para 25[%]”. (FERRARO, 2019, p. 18). Este pequeno percentual a mais faria toda a diferença posteriormente, em sua vitória na corrida eleitoral - que ficara agendada para o dia 12 de abril.

Rapidamente, articularam-se grupos de professores aspirantes à reitoria.⁸⁹ O primeiro deles foi o grupo *Novos Rumos*, autodeclarado como oposição direta à gestão de Francisco Ferraz, e curiosamente liderado por aquele que era então seu vice-reitor: o professor Gerhard Jacob. Juntamente aos professores Almiro Couto e Silva, Waldomiro Manfroi, Vera Beatriz Chiká Petersen e José Serafím Gomes Franco, lançou-se à campanha com a promessa de elevar a UFRGS à “excelência universitária”. “O compromisso maior ao qual nos sentimos ligados”, diz um folheto distribuído pelo grupo,⁹⁰ “é o da qualidade e o da competência na universidade”.

Alceu Ferrari, em determinado momento, foi cotado para integrar essa chapa oposicionista. Segundo ele, “o vice-reitor, que era o maior oposicionista do reitor, [risos] a partir de uma altura, porque ele queria ser o próximo reitor, e queria se apresentar como um candidato de oposição, achava que [eu] somava, então... Eu devia estar nessa chapa, e coisa e tal.” (FERRARO, 2019, p. 11). Entretanto, a presença específica de Jacob no grupo foi o motivo de sua recusa e eventual candidatura independente: Ferrari compreendia - e esta ideia se disseminou durante o processo eleitoral - que o vice-reitor representava uma continuidade dos ideais da gestão Ferraz, a despeito do mesmo se declarar como oposicionista: “o grupo quis colocar dentro da lista sêxtupla, o vice-reitor, vice-reitor não tem solicitação, não tem cabimento, daí acabei concorrendo sozinho com o apoio do movimento docente, dos alunos, dos funcionários...” (FERRARO, 2011b, p. 3).

De fato, sua candidatura arregimentou grande apoio da comunidade universitária, junto à qual possuía uma tímida, porém forte presença nas lutas do período da

⁸⁹ Há de se diferenciar os grupos de *chapas* propriamente ditas, pois o sufrágio por listas ocorria de forma individual. Assim, a formação dos *grupos* - ou seja, lançar diversos candidatos por uma determinada frente - aumentava as chances de um de seus candidatos vir a ser o nomeado pelo Poder Executivo.

⁹⁰ Informativo nº 3 do Grupo Novos Rumos. Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

redemocratização, especialmente no contexto das greves docentes. O professor Alfredo Veiga-Neto, em entrevista ao Projeto Memória Faced, recorda: “eu me lembro muito claramente do Balduino e do Alceu, que tinham uma atitude muito destemida, (...) a gente saía daqui [da Faced], em passeata”. (VEIGA-NETO, 2016, p. 3). Alceu era um rosto conhecido dos estudantes que se manifestavam ao longo do fim do período ditatorial. Desde 1984, era diretor da Faculdade de Educação. Sua gestão foi marcada por reuniões semanais, todas as quartas-feiras, envolvendo docentes, estudantes e funcionários da Faced numa proposta de gestão compartilhada daquela unidade. Renita Allgayer, que foi vice-diretora de Alceu no período, rememora: “nós ocupávamos muito a sala 601, que era onde aconteciam estas assembleias. (...) Essas reuniões da comunidade na quarta de tarde eram uma novidade, acho que isso foi a partir do Alceu. (...) Tudo era discutido, tudo era votado”. (ALLGAYER, 2012, p. 12). A gestão de Alceu Ferrari significou, portanto, um período de maior democratização e mesmo politização da Faced, afastada, até então, da efervescência política que marcara outras unidades da UFRGS ao longo da Ditadura. (ALMEIDA & LIMA, 2016, p. 1355). Este ímpeto democratizante lhe renderia o apoio maciço das forças de esquerda na Universidade, especialmente a partir das entidades representativas dos três segmentos: o DCE, a ADUFRGS e a ASSUFRGS,⁹¹ além de outras organizações políticas, como se verá mais adiante.

O grupo da situação, *Compromisso com a Universidade* foi o último a registrar seus candidatos junto à Comissão Eleitoral, na data limítrofe de 3 de abril. Sem Ferraz, impedido de se candidatar, os nomes que surgiram foram os dos professores Hélió Trindade, José Carlos Grijó, Pedro Gus, Mercedes Loguercio Cánepa e Walter Otto Cybis. Além deste grupo, mais uma candidatura independente foi registrada: a do professor Ludwig Backup.

Constituídos os grupos concorrentes do sufrágio, teve início a curtíssima campanha eleitoral, de cerca de dez dias, período caracterizado pela intensidade da mobilização política na UFRGS. Debates, distribuição de panfletos, cartilhas informativas sobre as propostas de cada candidato, colagem de cartazes foram algumas das atividades que tomaram a Universidade naquele momento. No dia 8 de abril, cerca de quarenta estudantes⁹² realizaram

⁹¹ Um agente do SNI, evidentemente na finalidade de deslegitimar a pretensão de Ferrari à reitoria perante o órgão ao qual reporta, descreveu sua gestão da Faced como uma “inábil e péssima administração (...) como é de amplo conhecimento da comunidade universitária. (Informe 527 A1, M76, 6 mai. 88, reproduzido no Prontuário SNI nº 32.459).

⁹² Número dado por um agente do SNI, o que faz com que esse número pudesse ser maior (EPA ACE 16292/88).

um ato, em frente à Reitoria, contra o uso de força policial por parte de Ferraz no incidente de 29 de março. Neste período, os espiões do SNI já manifestavam preocupação com as movimentações do movimento estudantil em torno da eleição e, em especial, sua congregação em torno da candidatura do professor Alceu Ferrari, somando-se a outras forças de esquerda.

Em um de seus relatórios, um dos agentes escreve:

As entidades representativas aos docentes, servidores e estudantes, em cujas diretorias existem elementos ligados a diversas correntes esquerdistas, posicionaram-se frontalmente contra as candidaturas de "situação" e de "oposição". Ao mesmo tempo, engajaram-se na referida campanha, em prol da candidatura de ALCEU RAVANELLO FERRARI, apontado como o único concorrente, cujo programa de ação vinha ao encontro de suas aspirações, notadamente quanto à questão da "co-gestão administrativa". Dessa maneira, a plataforma eleitoral de ALCEU FERRARI conseguiu aglutinar o apoio de todas as "correntes de esquerda" atuantes na UFRGS, com exceção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que apoiava HÉLGIO TRINDADE.⁹³

Paralelamente, cerca de três debates entre os pleiteantes a reitor foram realizados no período da campanha; foi nesse contexto que ocorreu a formação de um pacto, entre os docentes, no sentido de apoiar a nomeação daquele que tivesse ficado em primeiro colocado na consulta à comunidade universitária. Esta reivindicação já se tornara palavra de ordem àquele momento: no período democrático, a expectativa que imperava era a de que o Poder Executivo aceitasse o resultado eleitoral das universidades. Entretanto, incidentes como o da UFBA,⁹⁴ pouco antes da eleição na UFRGS, demonstravam a disposição do governo civil em seguir seus próprios desígnios, à semelhança do regime que vigorara até 1985. Tal expectativa, no entanto, era vista pelo órgão de informações como uma "coerção" à qual "submeteram-se" os candidatos.⁹⁵

O único registro desses debates pré-eleitorais que chegou até nós consiste em um vídeo de cerca de uma hora, extraído de uma fita VHS, constante no Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS. Trata-se de uma gravação do debate realizado no dia 11 de abril, na véspera da eleição, no Salão Nobre da Faculdade de Direito. Neste debate, o professor Gerhard Jacob, em suas declarações finais, exortou a comunidade universitária a aceitar somente a nomeação do primeiro colocado, bem como se colocar ao lado deste após a formação da lista sêxtupla:

Eu gostaria de reassumir, e não sei quantas vezes eu já assumi este compromisso, de só aceitar a reitoria desta universidade se entrar em primeiro. Só neste caso eu

⁹³ Documento nº 8325/88, constante do documento APA ACE 68330/88.

⁹⁴ O fato da nomeação do quinto colocado na eleição para reitor na UFBA é evocada diversas vezes na documentação - tanto do SNI quanto nos discursos das forças de apoio ao professor Ferrari.

⁹⁵ Conforme o dossiê 5116/88 (APA ACE 66804/88).

aceitarei a nomeação. (...) Eu gostaria que no dia 18, segunda-feira, depois da lista pronta no dia 15, sexta-feira, nós todos uníssemos esforços em torno dos seguintes pontos. Primeiro, que o primeiro da lista seja o nomeado. Segundo: que todos nos unamos em torno desse primeiro, em benefício de uma universidade, e só uma universidade, que é a nossa universidade. Muito obrigado. (Transcrição das palavras finais de Gerhard Jacob, em debate no dia 11 de abril de 1988)

Imagem 2 - Gerhard Jacob, em debate eleitoral no dia 11 de abril de 1988, conclama uma coalizão em apoio à nomeação do primeiro colocado na votação direta.



Fonte: Reprodução/gravação em VHS do debate.
Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS.

3.3 “Olha aí o tapetão!...”: a eleição e suas consequências

A eleição foi realizada em 12 de abril, uma terça-feira. A participação de docentes, discentes e funcionários naquele que representou o primeiro processo eletivo para a reitoria da Universidade foi maciça, fato que se observaria nos números da votação: 30.850 pessoas dos três segmentos compareceram às urnas. Na quinta-feira, dia 14, os nomes dos componentes da lista sêxtupla já eram conhecidos: e Alceu Ferrari, com imensa votação especialmente junto aos alunos, ficou em primeiro lugar. Nesse mesmo dia, o jornal informativo da ASSUFRGS publicou a notícia sobre a eleição de Ferrari, acompanhada de um texto que, de certa forma, dava o tom da reivindicação que tomaria a Universidade nos meses seguintes:

O comparecimento massivo às urnas foi a resposta da comunidade àqueles que de várias maneiras tentaram obstruir e retardar a decisão de realizar a consulta, e é o

alerta de que a vontade manifestada através das urnas deverá ser referendada tanto pelo Colégio Eleitoral quanto pelo Governo Federal.⁹⁶

O resultado pegou de surpresa até o professor Alceu, que declarou, sobre o fato, em sua entrevista: “Foi um momento de mobilização fantástica, mais da metade dos alunos compareceu às urnas, isso é impensável. Compreende? É totalmente fora do esperado.” (FERRARO, 2011b, p. 3).

Tabela 1 - A composição da lista sêxtupla após a eleição de 12 de abril.

Candidatos		Votos			
		Funcionários	Discentes	Docentes	Índice final
1°	Alceu Ferrari	1178	5494	568	28,23
2°	Waldomiro Manfroi	1042	1318	766	25,30
3°	Gerhard Jacob	897	1095	802	24,63
4°	Walter Otto Cybis	921	632	784	23,78
5°	Hélgio Trindade*	904	834	748	23,21
6°	Ludwig Buckup	909	1379	698	23,00
7°	José Gomes Franco*	712	997	654	20,08
8°	Vera Petersen	758	972	506	17,38
9°	Pedro Gus	724	463	541	17,11
10°	Mercedes Cánepa	681	650	413	14,45
11°	José Carlos Grijó	629	334	370	12,73
12°	Almiro Couto e Silva	483	530	368	11,87

Fonte: Composta a partir das informações divulgadas em diversos documentos consultados, dentre os quais o jornal *ASSUFRGS Informa* (Edição especial, 14 abr. 1988) e o dossiê 5116/88, de 5 mai. 1988, registrado no SNI em APA ACE 66804/88.

O professor Hélgio Trindade, quinto colocado na lista, abdicou de seu nome em prol da reivindicação do primeiro colocado - o que fez com que José Gomes Franco, o sétimo colocado, fosse inserido na lista enviada ao MEC após aprovação do Colégio Eleitoral. De forma semelhante, o professor Ludwig Buckup, apesar de não retirar seu nome da lista, reforçou seu compromisso em não aceitar o cargo caso fosse o nomeado - fato que seria

⁹⁶ Alceu Ferrari é o novo reitor. *ASSUFRGS Informa*, Edição Especial, 14 abr. 1988.

depois, muitas vezes, reconhecido por Alceu.⁹⁷ Os demais membros da lista sêxtupla - Jacob, Manfroí, Cybis e Franco -, por outro lado, demorariam alguns dias para se manifestar acerca de seus posicionamentos perante o resultado eleitoral.

Na segunda-feira, 18 de abril de 1988, quatro dos integrantes da lista sêxtupla - Jacob, Ferrari, Buckup e Franco compareceram ao programa *Rumos da Educação*, do canal TVE, para debater a eleição e as ações a serem tomadas a partir daquele momento. Quando questionado, em diversos momentos, sobre sua postura em relação ao resultado da eleição e as opções de nomeação, Gerhard Jacob tergiversou: “acho que o resultado das urnas diz tudo, não é?”; fez, também, questão de reforçar: “não houve a menor restrição de pessoa alguma sobre a lisura e a tranquilidade da eleição”.

Àquele mesmo momento, Ferrari começou a conceder suas primeiras entrevistas a diversos veículos de imprensa; o processo eleitoral ganhara uma grande repercussão. Em 23 de abril, foi entrevistado pelo *Informativo da ADUFRGS*.⁹⁸ É interessante observar que a mesma edição deste informativo ressalta um fato que seria o primeiro motivo de litígio em torno da nomeação do novo reitor: em nenhum momento, o candidato Walter Otto Cybis aderiu ao compromisso de apoiar o primeiro colocado. Este jornal, inclusive, cita a única declaração do professor a respeito do tema: “Peço que respeitem minha posição de silêncio sobre o meu posicionamento quanto à decisão do Presidente da República”.

No início de maio, Alceu ainda concederia entrevistas, na condição de reitor eleito, aos veículos *Jornal RS*⁹⁹ e *O Bisturi*¹⁰⁰ - e possivelmente a outros, aos quais não tive acesso no âmbito desta pesquisa. A este último, declarou acreditar que o MEC, a partir do resultado constatado nas urnas, faria “um bom uso da sensatez” ao “entender os anseios e a vontade, já expressos, da comunidade universitária da UFRGS”. As aparições, cada vez mais frequentes na mídia da época, eram estranhas ao professor. Em sua entrevista de História Oral (2019, p. 15), Ferraro constata: “Houve jornalistas de peso que passaram a noticiar a minha candidatura, como uma coisa meio surpreendente. Não é? E até como uma possibilidade. E isso incomodou.”

⁹⁷ Como no manifesto *Pela autonomia universitária*, redigido por Ferrari em outubro daquele ano. Este manifesto está disponível na Biblioteca da Faced/UFRGS.

⁹⁸ Reitor eleito prepara sua gestão. **Informativo da ADUFRGS**, Porto Alegre, 23 abr. 1988.

⁹⁹ A entrevista a Ney Gastal, referida no capítulo 1. (GASTAL, Ney. A Universidade deve ter uma relação dialética com a sociedade onde está inserida: entrevista de Alceu Ferrari a Ney Gastal. **Jornal RS: O Jornal do Jockymann**. Porto Alegre, 2 (86): 24-5, 7-8 de maio/1988.)

¹⁰⁰ O reitor eleito: Entrevista a Alceu Ferrari. **O Bisturi**, Porto Alegre, 43 (2): 6-7 mai. 1988.

Incomodou especialmente aos agentes da *comunidade de informações*. Em linguagem bem agressiva, um informe datado de 6 de maio de 1988, que podemos atribuir a um agente identificado como M76,¹⁰¹ visa informar que

Outro fato marcante neste período pós-votação é o do Prof. ALCEU RAVANELLO FERRARI já estar se apresentando como se Reitor fosse, visitando unidades, constituindo grupos de trabalho com vista à reforma (marxista) da Universidade, escolhendo já seus assessores (embora não divulgando seus nomes), declarando pouco importar-se com as notícias veiculadas pela imprensa de que seu nome estaria sendo vetado por fortes grupos do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando assim uma típica estratégia leninista de tentar um situação de 'fato consumado' (...). (Informe 527 A1, M76, 6 mai. 88, reproduzido no Prontuário SNI nº 32.459).

É interessante observar o esforço na caracterização do professor Ferrari como uma ameaça, por sua associação ao espectro da esquerda: termos como *marxista*, *leninista*, ou mesmo a atribuição *maoísta* a ele feita em 1971, em registro que certamente foi consultado pelos agentes nos anos 1980. Na Nova República, embora aparentemente anacrônica, a “caça” aos comunistas ainda era política de Estado, enquanto ainda estivesse na ativa o SNI. Não é à toa a observação de Borges (2007, p. 41): “Em pleno governo Sarney (...), a política norte-americana da Doutrina de Segurança Nacional trabalhava, ainda, com a figura do inimigo interno (...)”. Tal como em outros espaços da sociedade civil, as universidades ainda eram campo exemplar dessa que prática que, ao considerarmos a cultura política das elites que se blindavam em suas posições de poder, dentre outros fatores, devido à atuação dos órgãos de informação e repressão, era também prática cultural. Outro agente do SNI, ao falar sobre o plano de gestão de Alceu, descreve precisamente o alvo de suas ações de espionagem na Universidade:

Suas metas prioritárias (eleição direta para os cargos de direção e convocação de um Congresso Universitário) apontam para o perigo da esquerdização da universidade, como vem ocorrendo na esteira do chamado processo de ‘democratização’, de que são exemplos marcantes as Universidades de Brasília (UnB) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).¹⁰²

O membro da *comunidade* se presta, ainda, a tecer considerações sobre um plano de ação - dirigido, evidentemente, às únicas instituições com prerrogativa para realizar a nomeação: o MEC e a Presidência da República - com as possíveis medidas a serem tomadas

¹⁰¹ Pode-se deduzir esta identificação a partir da forma como eram registradas determinadas reproduções de informes no prontuário, seguindo-se a ordem *número/fonte/data*. No local “fonte”, reproduzia-se o emissor da informação (ex.: SSP, III Ex. etc., ou, no caso de anônimos, um código de identificação). No caso mencionado, Informe 527 A1/M76/06 mai. 88.

¹⁰² Informe 5116/88, presente no ACE 16503/88.

pelo governo, e desaconselhando fortemente a nomeação de Alceu Ferrari para o cargo de reitor:

Assim, há que se analisar, com cuidado, as duas linhas de ação a serem adotadas: nomeação do primeiro colocado da lista expondo mais uma importante universidade federal a mercê do controle das esquerdas, através do corporativismo e da ação de proselitismo das entidades de representação de professores, alunos e funcionários; e nomeação de um candidato, senão completamente refratário, pelo menos pouco susceptível à influência da esquerda, em condições de administrar a Universidade com isenção.

O SNI, aparato autoritário herdado - e utilizado - pelo governo Sarney representou, desta forma, uma das forças que exerceu pressão, silenciosa, mas direta, sobre o processo eleitoral da UFRGS. A outra força, naturalmente, deu-se pela articulação política de membros da lista sêxtupla em prol de suas próprias nomeações; esta, muito mais evidente, começou a ser percebida aos poucos pela comunidade universitária.

O primeiro dos candidatos a se articular no sentido de defender sua própria candidatura, ignorando o resultado eleitoral, foi Walter Otto Cybis - justamente, aquele que se abstera do pacto entre os professores. No informe 8325/88,¹⁰³ um agente do SNI observa que “os simpatizantes da candidatura de WALTER OTTO CYBIS, sob a alegação do perigo que a escolha de FERRARI representaria para aquela Instituição de Ensino, intensificaram a mobilização na defesa de sua nomeação”. Para tanto, segundo o mesmo informe, “estabeleceram contatos com representantes de vários segmentos da sociedade, tanto em nível estadual quanto federal”. Seguindo esse exemplo, o professor Gerhard Jacob teria feito o mesmo: “[Jacob] vem estabelecendo contatos em nível federal, notadamente junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Justiça (MJ)”.

Ao longo do mês de maio, tais movimentações passaram despercebidas, como murmúrios. Um ato foi realizado no Auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no dia 11 daquele mês, em prol da nomeação de Ferrari. Entretanto, o movimento em defesa da legitimidade do reitor eleito só ganharia força no início de junho, quando o próprio Alceu, em entrevista ao jornal *Diário do Sul*, denunciou: “o lobby contra meu nome aqui dentro é muito forte”.¹⁰⁴ Chegara a esta conclusão a partir da forma evasiva com a qual os demais membros

¹⁰³ Catalogado na Agência Central dentro de AC ACE 16085/88.

¹⁰⁴ Reitor eleito denuncia complô para inviabilizar sua indicação. *Diário do Sul*, 7 jun. 1988. (Reproduzido no verso do **Informativo ASSUFRGS**, Ano 2, nº 18, 8 jun. 1988, obtido no arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola).

da lista sêxtupla haviam passado a tratar a questão das nomeações.¹⁰⁵ O professor disse ainda ter realizado um *fact-checking* acerca de tudo o que chegava a ele naquele momento de incerteza: “Nestes dois meses, ouvi os mais diversos boatos, de que meu nome não passa em Brasília, queimado por falsas relações partidárias,¹⁰⁶ panfletos apócrifos etc. Até um veto verde-oliva existiria. Tudo isso é falso”. Infelizmente, a vasta documentação *repressiva* encontrada e arrolada na presente pesquisa demonstra que o *veto verde-oliva*, de fato, existiu.

No mês seguinte, a sub-reptícia mobilização de Jacob, Manfroi e demais membros da lista ganhou proporções de escândalo entre a comunidade universitária. Em 18 de julho, o jornal *Zero Hora* teria publicado uma notícia indicando que o Ministro de Estado da Educação, Hugo Napoleão, estaria em vias de decidir o nome do futuro reitor da UFRGS até o dia 20 daquele mês;¹⁰⁷ no dia 20, entretanto, outra notícia veiculou a existência de uma

consulta feita pelo titular do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), através da liderança do Governo, junto aos parlamentares federais do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB) e do PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL), que desaconselharam a referenda à escolha do Professor ALCEU RAVANELLO FERRARI (...) para ocupar o cargo de Reitor daquela Universidade.¹⁰⁸

No dia 21 - observe-se o ritmo quase diário que as movimentações em torno da nomeação tomaram, uma vez publicizada -, o *Diário do Sul* publicou notícia intitulada *Uma batalha de lobbies pela reitoria da UFRGS*, na qual foi relatada uma viagem de Gerhard Jacob a Brasília, no dia anterior, para tentar uma audiência com Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na câmara, a fim de fortalecer as possibilidades de sua nomeação; e também as relações próximas de Walter Otto Cybis com o deputado Luís Roberto Ponte, do mesmo PMDB de Sarney.¹⁰⁹ No entanto, não era exatamente novidade, por exemplo, para a comunidade acadêmica, que Jacob era “patrocinado pelo então senador Paulo Brossard e demais parlamentares do PMDB” (BORDAS & ANDREOLA, 2010, p. 306).

Verificando as proporções da movimentação das elites da universidade, ligadas ao passado ditatorial, na finalidade de manter suas posições de poder, apoiadores da candidatura

¹⁰⁵ A mesma entrevista ainda apresentou uma das criativas e cômicas formas que os estudantes encontraram para, neste primeiro momento, protestar contra a atitude dos membros da lista sêxtupla: “Para ‘refrescar’ a memória de alunos, funcionários e, em especial, de professores, o grupo tem apresentado video-tapes dos três debates para demonstrar ‘a mudança de linguagem’ dos reitoráveis”. **Diário do Sul**, 7 jun. 1988.

¹⁰⁶ Durante toda a campanha eleitoral e após ela, Ferrari sempre frisou o fato de não possuir filiação partidária.

¹⁰⁷ Segundo o informe do SNI nº 8323/88, presente no ACE 68330/88.

¹⁰⁸ Informe 1813/88, presente em APA ACE 16383/88.

¹⁰⁹ Uma batalha de lobbies pela reitoria da UFRGS. **Diário do Sul**, 21 jun. 1988. Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

de Ferrari trataram de afixar, em uma parede, um cartaz contendo a notícia do *Diário*, juntamente dos dizeres: “Olha aí o tapetão!... Você aceita esse jogo?”.¹¹⁰ Era um prenúncio do que estava por vir.

Imagem 3 - “Olha aí o tapetão!...”: afixado provavelmente na Faculdade de Educação, o cartaz visa expor as movimentações dos candidatos da lista sêxtupla.



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

Em agosto, a Presidência da República ainda não havia nomeado o sucessor de Francisco Ferraz, o que aumentaria ainda mais as tensões. Vale ressaltar que uma das recomendações ao Executivo por parte de um dos agentes do SNI fora, justamente, no sentido de retardar a nomeação, à espera de um momento no qual a resistência estudantil, ou “esquerdista”, pudesse ser nula: “Contribuirá para minimizar, ainda mais, a mobilização das correntes de esquerda, o fato de a escolha do novo Reitor ser divulgado, oficialmente, na primeira metade do próximo recesso escolar daquela Universidade (11 jul. a 15 ago. 88)”.¹¹¹ Se esta sugestão chegou ao conhecimento do Executivo, entretanto, não foi acatada.

¹¹⁰ Foi extraído deste cartaz o título do presente trabalho.

¹¹¹ Informe nº 8325/88, do ACE 68330/88.

No dia 16 de agosto, um ato realizado em frente à reitoria teria congregado cerca de 150 pessoas em manifestação de apoio a Alceu Ferrari - havendo, inclusive, ocupação do prédio da Reitoria. O SNI realizou um relato deste evento (Informe 2178/88, APA ACE 16503/88), com um nível de detalhamento que denota a presença ostensiva do agente no local, registrando nomes e falas. No dossiê, estão listadas diversas pessoas presentes, dentre as quais são destacados Raul Pont, Selvino Heck, Jussara Cony, Flávio Koutzii, Delmar Steffen, Sérgio Gobetti, Tarso Genro, Milton Pantaleão Jr., José Mário D'Ávila Neves e Paulo Torelly.

No dia seguinte, 17, o mandato de Francisco Ferraz se encerrou, e a reitoria passou para as mãos de seu vice, Gerhard Jacob. Uma assembleia de estudantes foi marcada para o dia 18, no pátio da Faculdade de Educação. No panfleto de convocação, o fato de Jacob assumir a reitoria é vista como uma “intervenção branca”; ademais, o material demonstra que os estudantes acreditavam, àquele momento, que o preferido de Sarney era o professor Cybis, “representando o continuísmo do regime militar e da administração Ferraz” - o que era uma conclusão possível, uma vez que Walter Cybis representava a situação, e Ferraz se aproximara do PMDB em busca de sua reeleição. Por outro lado, no mesmo panfleto, também se admite: “os candidatos Gerhard e Manfroi conspiram com o PMDB”.¹¹²

No mesmo dia 18 de agosto foi finalmente publicada, pelo governo Sarney, a nomeação de Gerhard Jacob como novo reitor da UFRGS, consumando-se, assim, a violação do dispositivo democrático de escolha do reitor da Universidade. Por outro lado, os movimentos de apoio à nomeação de Alceu Ferrari passaram a ter um único inimigo.

Perante tal situação, cinco dias depois, docentes e estudantes da UFRGS votaram a deflagração de uma greve, nos dias 24 e 25 de agosto; a paralisação de funcionários foi votada no dia 24.¹¹³ Os agentes de informação relataram, em seus dossiês, que o primeiro dia de greve teria congregado cerca de seiscentos estudantes¹¹⁴ em um ato que culminou na ocupação, novamente, do prédio da Reitoria, com a finalidade da entrega de um documento exigindo a renúncia de Jacob.¹¹⁵ No dia seguinte, teria ocorrido uma passeata até a residência

¹¹² Panfleto constante do arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

¹¹³ Professores da UFRGS em greve contra reitor. **Zero Hora**, 23 ago. 1988.

¹¹⁴ Número este que, por razões diversas, pode ser tanto menor, num intuito do agente em desqualificar a adesão ao movimento, quanto maior, a fim de maximizar a “ameaça” representada pelos estudantes a fim de justificar seu próprio trabalho de espionagem. Sobre esta segunda possibilidade, é válido lembrar que “os órgãos de informações produziam (...) um discurso que sustentava e legitimava as ações repressivas no que diz respeito à sua necessidade.” (SAMWAYS, 2013, p. 90)

¹¹⁵ Informe nº 9986/88, presente em AC ACE 69071/88.

do professor nomeado por Sarney, ocasião na qual os estudantes levaram “um boneco, simbolizando um ‘Reitor Judas’, e um caixão mortuário, contendo uma faixa com a inscrição: ‘aqui jaz a democracia’.”¹¹⁶ (ver imagem 4).

Imagem 4 - Estudantes concentrados no pátio da Faculdade de Educação da UFRGS, no segundo dia de paralisação (25 de agosto de 1988).



Fonte: Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS.

O dia 1º de setembro, para o qual ficara marcada a posse do novo reitor, foi, entretanto, o momento mais tenso de todo este período. O tom já era dado pelo panfleto convocatório à manifestação, distribuído na véspera: “Não à posse do interventor! (...) Lugar de interventor é na rua! A Universidade é da comunidade!”. O episódio da ocupação da Sala dos Conselhos por mais de uma centena de estudantes em protesto, já brevemente narrado no capítulo 2, é bastante representativo do que significou, em plena Nova República, a não-nomeação do primeiro colocado no sufrágio direto. O uso da força policial dentro da Universidade, pela primeira vez “em anos”,¹¹⁷ conforme destacou o jornal *Zero Hora*, denota que as velhas práticas político-culturais e as velhas estruturas ainda subsistiam, o que é corroborado pelas aparentemente contraditórias declarações de Gerhard, após o episódio de

¹¹⁶ Informe 2277/88, presente no APA ACE 16503/88.

¹¹⁷ Confusão e tumulto na posse do reitor da UFRGS. *Zero Hora*, 2 set. 1988. Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

seu aprisionamento na sala do Conselho Universitário. De acordo com a *Zero Hora*, o reitor declarou

ter convocado o auxílio policial para preservar o patrimônio público, assegura que atos de violência não serão tolerados e, por fim, informa que estão sendo tomadas medidas legais 'cabíveis em casos desta natureza'. Na nota, diz que desde sua nomeação pelo Presidente da República tem mantido o propósito de realizar uma gestão com amplo exercício da democracia e do diálogo.

As ambiguidades e dualidades - repressão e democracia, *repressão e acomodação*, muito têm a dizer sobre o período da Nova República, sobre a cultura política de elites ainda viva, e mesmo sobre o motivo da escolha de Sarney pelo professor Gerhard Jacob: um alinhamento total à ideologia e às práticas culturais próprias de grupos antidemocráticos interessados em se perpetuar no poder, seja qual for este poder.

Imagem 5 - Gerhard Jacob discute com estudantes que exigiam sua renúncia em 1º de setembro de 1988.



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola

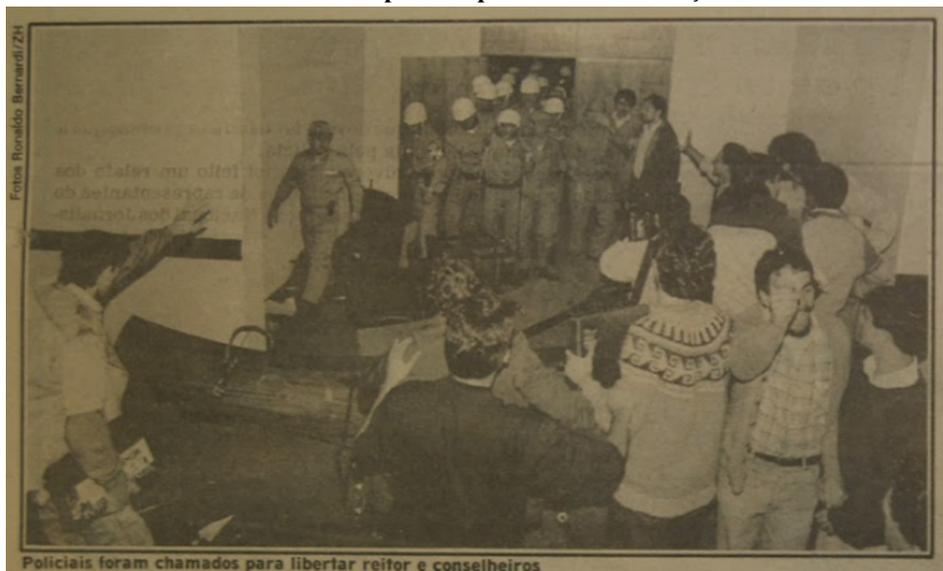
O professor Balduino Andreola - eleito diretor da Faculdade de Educação em 1988, sucedendo Alceu - relata uma situação envolvendo o novo reitor. De certo modo, o diálogo é a epítome de uma postura condizente com a cultura política autoritária, unilateral e arcaica que pareceu ter ainda relevância no período civil:

Foram tempos bastante tumultuados aqueles. Na primeira reunião pessoal que tive com o reitor Gerhard Jacob, antes da posse, ele me disse: 'Professor Balduino, o senhor vai ter uma tarefa difícil, como Diretor: a de pacificar a Faculdade de Educação, onde está havendo muitos conflitos, e pessoas que sofrem com isso'. Eu dei uma risadinha, e respondi: "Professor Gerhard, o senhor tem razão de que há muitos conflitos, de ordem ideológica, causados por diferentes concepções de sociedade ou de Educação. Todavia, não cabe a mim uma missão quase messiânica

de pacificador. Somos adultos, e é por isso um aprendizado que nos cabe fazer em conjunto. Mas, já que o senhor falou em pacificação, não acharia necessária uma pacificação na Universidade? O senhor sabe que eu me refiro ao inquérito da Polícia Federal, que o senhor pediu para ser instalado”. Ele me respondeu: “O senhor tem razão. Já pedi à polícia que, quando terminar o inquérito, entregue à Justiça, à qual pedirei que seja arquivado”. E eu comentei: “Será um gesto que só poderá engrandecê-lo. Nossos estudantes, com seu espírito de luta, sua inteligência, suas grandezas, mas também com seus exageros e problemas, são nossos estudantes, possivelmente nossos filhos. Se não soubermos ajudá-los a resolver seus problemas, e tivermos que chamar a polícia ou o exército, será uma derrota para nós, educadores” (BORDAS & ANDREOLA, 2010, p. 306).

A pacificação proposta por Jacob, à semelhança da *reconciliação nacional* de Sarney, caminham juntas numa mesma lógica; lógica esta que permitiu a reprodução de um *status quo* impregnado na estrutura do Estado brasileiro, e que teve a forma de um caso passível de análise na eleição para reitor da UFRGS de 1988 - e também na UFBA, quase simultaneamente. Se, por um momento, admitirmos que a Ditadura Militar brasileira “durou 25 anos, de 1964 a 1989, teve seis governos – incluindo um governo civil”, como pretende Adriano Codato (2005, p. 165), um possível elemento para corroborar tal continuidade é, justamente, o campo da práxis política consubstanciada à cultura.

Imagem 6 - A Brigada Militar invade a sala do Conselho Universitário para dispersar a manifestação.



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.

3.4 Legado

Gerhard Jacob não renunciou, àquele momento, apesar das pressões da comunidade acadêmica em revolta, ao cargo de reitor.

Em 9 de setembro de 1988, poucos dias após o incidente na posse do novo reitor, o professor Alceu compareceu ao programa *Palavra de Mulher*, da TV Guaíba, acompanhado de Maria de Lourdes Mendonça, representante da ASSUFRGS, para falar sobre os incidentes em torno da recente eleição. Ao contestar a legitimidade da nomeação de Jacob, Ferrari declarou que esta questão permaneceria “sobre a mesa durante os quatro anos [da gestão], se é que o professor Gerhard vai se segurar na cadeira durante quatro anos”. Curiosamente, foi o que veio a ocorrer. Em 1990, então reitor na metade do mandato, Jacob renunciou ao cargo para ocupar a presidência da CAPES, transferindo o cargo a seu vice, Tuiskon Dick. O professor Gerhard Jacob faleceu em 2018.

Alceu, por sua vez, retomou suas atividades na docência e na pesquisa:

eu não fiquei frustrado Com isso aí, de dizer, “bah, acabou minha vida...!”, não. Queriam, na realidade, houve um movimento por fora pra eu ser candidato... Político, deputado federal, deputado estadual, não é? E tal... Eu disse: “não, meu lugar é na universidade”. E voltei pra universidade, voltei pra sala de aula... (FERRARO, 2019, p. 13)

Aposentou-se em 1992, enquanto que foi presidente da ANPED por duas gestões, entre 1989 e 1993. Após este período, atuou em diversas instituições privadas, nas quais continuou a desenvolver suas pesquisas sobre as temáticas da alfabetização, da escolarização e da sociologia da educação. Em 2010, retornou à UFRGS enquanto docente convidado do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS) da Faculdade de Educação, onde segue atuando.

Ao pensar num balanço dos acontecimentos da eleição de 1988, para além da questão das articulações e conchavos próprios do fazer político da Nova República, Alceu percebe neles um outro sentido, com enfoque na postura da comunidade universitária ante o perigo da não-nomeação do primeiro colocado. Para o professor, toda a mobilização em torno de sua candidatura

mostrou uma força [dos alunos] que praticamente não existia até então, não é? A disputa entre os professores, bom, entre os professores se sabe o que que é, não é? Ta em determinados grupos históricos e prontos. Agora, põe... Mexe com a coisa como foi mexido, de primeiro abrir espaço para outros grupos dentro da universidade, pra, eu diria até... Pra acesso aos cargos de direção, pró-reitoria, reitoria, pra outros grupos, ou então mexer com aquelas estruturas que, na realidade,

formam os partidos, formam as forças dentro da universidade que têm condições de organizar, mobilizar e eleger uma gestão, aí já é diferente. (FERRARO, 2019, p. 15)

No decurso da redemocratização do Brasil, pode-se vislumbrar, quiçá, na resistência ao autoritarismo e à repressão da Ditadura Militar, a emergência de uma cultura política de caráter democrático e profundamente reivindicatório, do qual foi representativa a “luta” de 1988. Se a origem de determinada cultura política, retomando Bernstein (1998, p. 355), “corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história”, poderiam os movimentos em torno de um dispositivo eletivo democrático na Universidade, tanto na UFRGS como em outras, ser representativos deste ímpeto nascente nos anos 1980? De qualquer modo, esta monografia visou demonstrar o quanto um processo eleitoral na Universidade, à revelia das antigas forças reacionárias “encasteladas” e protegidas pelas estruturas de *repressão e informação* ainda vigentes no pós-ditadura, pôde impor medo e representar uma ameaça direta às estruturas autoritárias das quais José Sarney e partidos como PMDB, PSD e PFL fizeram amplo uso. Não é à toa que, para Alceu Ferraro, o maior legado da eleição de 1988 foi a forma como abalou tais estruturas: afinal, “nunca mais o governo deixou de nomear o mais votado. Pode colocar, na minha opinião, pode colocar lista sêxtupla, oitava, décima, o que quiser, mas não nomeou o mais votado é um baita risco” (FERRARO, 2019, p. 15).

Os ecos da eleição de 1988 ainda se faziam ouvir na década seguinte. Em 1992, às vésperas de um novo processo eleitoral para o cargo de reitor da UFRGS - que culminou na eleição e nomeação do professor Hélgio Trindade -, o então Diretor da Faced, Balduino Andreola evocou os acontecimentos de quatro anos antes em fala aos membros do Conselho Universitário. Mais do que um simples discurso, era a demarcação de que o tipo de manobra que possibilitou a nomeação de Gerhard não seria mais tolerada, assim como não o fora em 1988:

Não podemos esquecer um processo assumido, democraticamente, por toda a comunidade da UFRGS. Não podemos esquecer o que aconteceu depois. Ao jogo limpo do tabuleiro democrático sucedeu a jogatina do tapetão, após as eleições. A palavra publicamente assumida foi solenemente fraudada. Quando afirmei no início, que 'aqui se jogaram muitas batalhas já, não apenas acadêmicas, algumas delas violentas', não fiz retórica, não usei nenhuma hipérbole, porque os detalhes da posse são de todos conhecidos. (...) Se tal processo for uma batalha, espero que seja uma batalha democrática. Tenho plena confiança de que este Conselho saberá ser fiel às expectativas da comunidade. Que a próxima posse seja uma festa. A festa que esta Universidade merece. A festa com que ela vem há longos anos sonhando.¹¹⁸

¹¹⁸ Fala transcrita em documento constante do arquivo pessoal do próprio prof. Balduino.

Da parte dos órgãos de informação do Estado brasileiro, é interessante observar como a preocupação com as eleições de reitores das IFES ainda persistia, de certo modo, mesmo após o ocaso do governo Sarney e do próprio SNI. Em 1991, um documento da Superintendência de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, de nº 1605/91, presente no ACE nº 18464/91,¹¹⁹ considera que os processos eleitorais para escolha de reitores das universidades representam um “desgaste” ao Presidente da República, devido a “pressões da comunidade universitária que pretende influenciar diretamente no processo, por meio de eleições”.¹²⁰ O mesmo documento cita exemplarmente o caso da eleição de 1988, na UFRGS, como uma das situações que decorrem da não-nomeação do primeiro colocado na votação direta. Isso certamente demonstra que o legado daquela “luta”, para usarmos a expressão euclidiana, foi perene.

¹¹⁹ A semelhança com os documentos produzidos pelo SNI impressiona. O modelo deste ACE é exatamente o mesmo utilizado pelo extinto Serviço, o que leva a supor que muito daquele material foi reaproveitado pelos órgãos que o sucederam - e, possivelmente, também o *modus operandi*. Este documento também estava presente no acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

¹²⁰ As eleições são vistas por este agente como uma “interferência”, e não como um procedimento natural do Estado democrático de direito.

PALAVRAS FINAIS

Em tempos de obscurantismo, é como se uma pesquisa como esta se justificasse por si própria. No momento em que um governo viola a escolha das comunidades universitárias de IFES como a UFGD, a UFTM e a Unirio,¹²¹ ignorando qualquer predisposição democrática, é inevitável a sensação de proximidade com o passado de meu tema de pesquisa.

Ao se referir às promessas do professor Gerhard Jacob em defender a nomeação do primeiro colocado, Ferrari declarou, no programa *Palavra de Mulher*: “Isso será documento, está em várias vias, não vai ser destruído; Isso ficará como documento histórico”. Não estava errado. Entretanto, talvez não imaginasse que o legado da eleição de 1988 estaria, mais de trinta anos depois, sob ameaça. Neste sentido, a preservação da memória e da história daquela eleição se faz mais do que relevante, e é a esta tarefa que o presente trabalho vem de encontro; não como iniciativa isolada, mas também como parte integrante de um esforço na construção da própria história da UFRGS.

Em 2014, na celebração dos 80 anos da Universidade, foi lançado um website memorialístico que visava recontar, década a década, a trajetória da instituição. Na seção referente à década de 1980,¹²² entretanto, nenhuma menção sequer aos quase ininterruptos movimentos grevistas; tampouco, certamente, à eleição de 1988. Aqueles tempos são apresentados de forma institucionalmente idílica, e as gestões de Francisco Ferraz e Gerhard Jacob são descritas meramente como um período norteado pela ideia de uma Universidade “integrada com os diferentes segmentos da comunidade universitária, em consonância com a ideia de restabelecer a missão acadêmica e social da UFRGS como universidade pública e gratuita”. Sobre as relações e implicações da UFRGS com a Ditadura Militar, muito pouca historiografia existe; e o que existe está concentrado, em sua maioria, no período que compreende o final dos anos 1960 e início dos 1970 (AVERBUCK, 2008; MANSAN, 2009), restando aos períodos subsequentes a pesquisa histórica ainda a ser feita.

Nestas palavras finais, o que eu gostaria de defender, perante este quadro de apagamento de uma parte da própria História da Ditadura, é a criação de uma Comissão da

¹²¹ Bolsonaro interfere na nomeação de reitores em três universidades. **Carta Capital**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-interfere-na-nomeacao-de-reitores-em-tres-universidades/> Acesso em: 06 jul. 2019, 4h14min.

¹²² UFRGS 1984-1994: Integração e Pioneirismo. <https://www.ufrgs.br/80anos/1984-1994/> Acesso em: 06 jul. 2019, 4h53min.

Verdade na UFRGS, a exemplo do que ocorreu em outras IES como a USP,¹²³ a UFES (PELEGRINE, 2017) e a UFRN. Esta última, especialmente, foi constituída a partir de uma solicitação do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (CAAC), do curso de Direito daquela instituição, em 2012 (COMISSÃO..., 2015, p. 33). Num intento semelhante, reproduzo abaixo um excerto da carta elaborada por aqueles estudantes em seu pedido pelo trinômio *memória, verdade e justiça*:

O Brasil não conhece o Brasil. Num tempo de páginas infelizes de nossa história, as mãos distantes do peito e a súbita impressão do incesto são passagens desbotadas na memória das novas gerações. Retratos sem cores, recados sem vozes. Mães que apenas queriam embalar os seus filhos, que hoje habitam a escuridão do mar. É necessário compreender o período da ditadura para reconhecer os seus resquícios no que persistiu ao tempo e assomou-se ao autoritarismo e à violência em nossa realidade. Para compreender o hoje é preciso estar ciente das engrenagens da História que nos trouxe até aqui, nesta imensa roda viva, roda gigante. (Ibid, 2015, p. 34)

Com esta monografia, minha intenção não foi a de estabelecer um trabalho definitivo sobre este tema. Pelo contrário: a empreitada está apenas no começo, o que é verificável pela quantidade de material que acabou por ficar de fora. Entretanto, creio ter constituído uma pequena, porém satisfatória narrativa a partir de meus elementos iniciais: a História Oral, por um lado; por outro, uma proposição de interpretação dos acontecimentos aqui relatados por meio de empréstimos da *Nova História Política* francesa. Creio, sobretudo, ser esta uma narrativa *necessária*, por demonstrar a facilidade com a qual se desmancham e vilipendiam os dispositivos democráticos da sociedade. Ainda há muitas feridas abertas na UFRGS.

¹²³ Comissão da Verdade da USP. <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/> Acesso em: 06 jul. 2019, 5h15min.

ANEXO A - “A Luta”



O professor Alceu Ferrari, 1988. Autor desconhecido. Arquivo da Faculdade de Educação.



Adesivo produzido no âmbito da campanha pela nomeação do prof. Ferrari.

Arquivo pessoal do prof. Balduino Andreola.


ASSUFRGS
INFORMA
 Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Av. João Pessoa, 775 - Telefone 28.3618
 EDIÇÃO ESPECIAL
 14.04.88

ALCEU FERRARI

É O NOVO REITOR

Este é o resultado da eleição realizada dia 12 de abril. Alceu Ferrari foi o candidato mais votado dos funcionários e dos estudantes. Dia 15 às 14 horas o Colégio Eleitoral se reúne para homologar o resultado das eleições.



Classificação/Candidato	Número de votos				Índice Final	T(12283votantes)
	FUNC	Estud	Prof	TOTAL		
19- 2.ALCEU FERRARI	1178	5494	568	7240	28,2337861	58,94
29- 3.WALDOMIRO MANFROI	1042	1318	766	3126	23,3069081	23,93

Parte da primeira página da Edição Especial do *ASSUFRGS Informa*, de 14 de abril de 1988, com a notícia da vitória de Alceu no sufrágio.
 Arquivo pessoal de Balduino Andreola.

NOSSOS CANDIDATOS



3 MANFROI
MEDICINA



4 FRANCO
ENGENHARIA



7 GERHARD
FISICA



8 ALMIRO
DIREITO



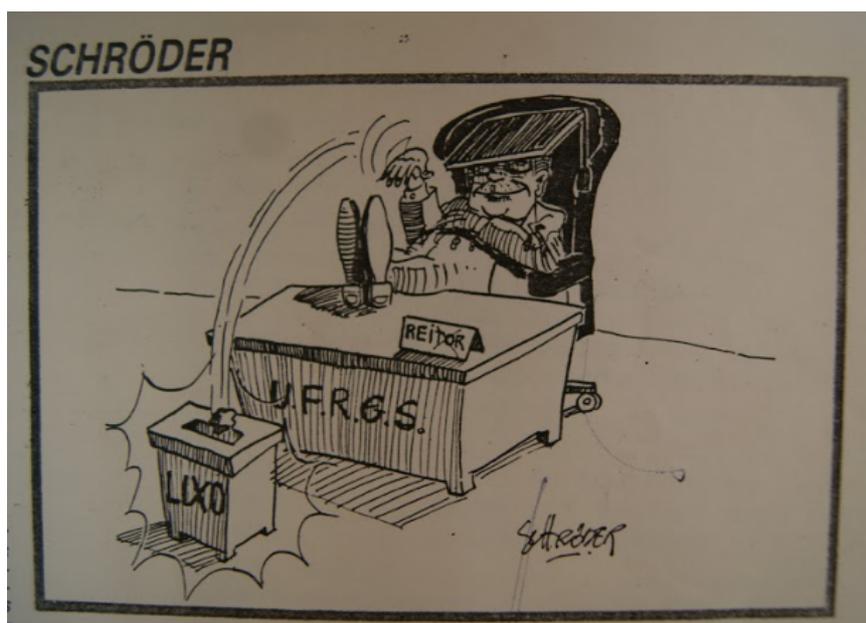
12 VERA
ENFERMAGEM

NOVOS RUMOS

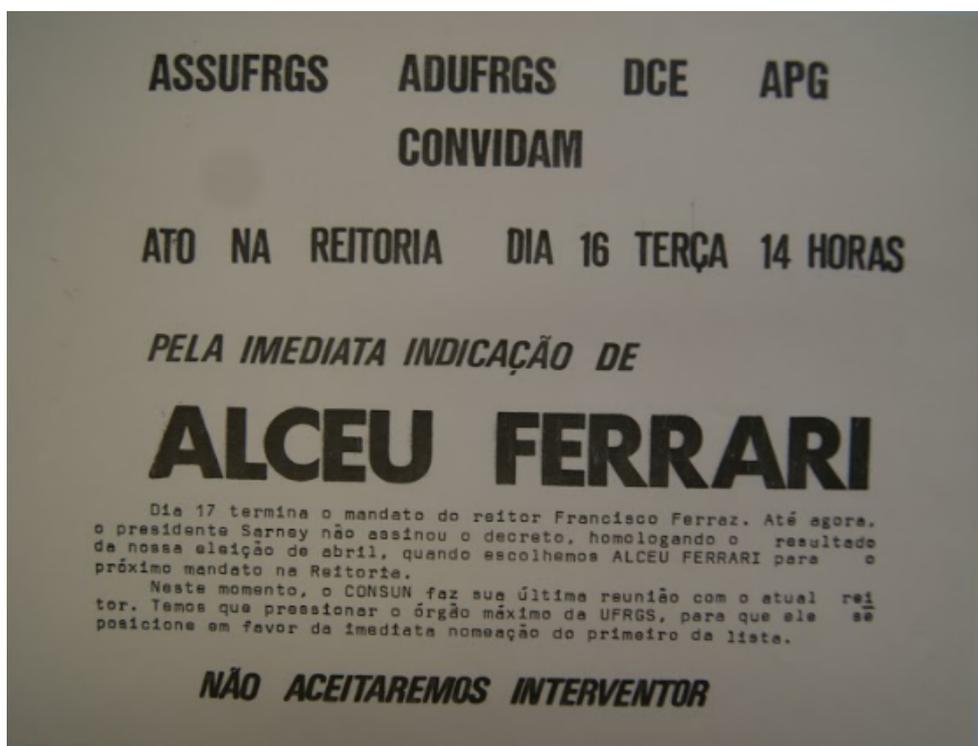
Folheto de campanha do grupo “Novos Rumos”.
 Arquivo pessoal de Balduino Andreola.



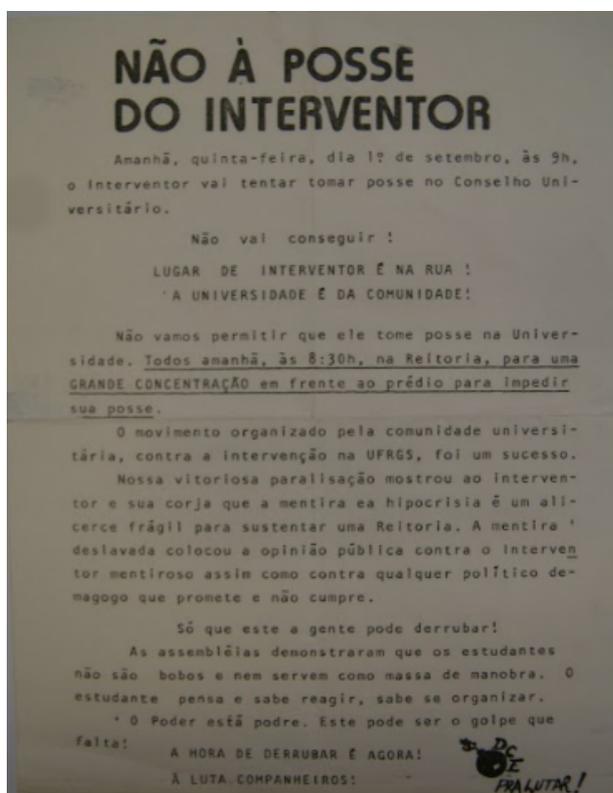
Cartum satirizando a afirmação de Gerhard Jacob: “Se a palavra de um professor universitário não basta, não votem em mim.” Arquivo pessoal de Balduino Andreola.



Outra charge relativa a Jacob, publicada na *Zero Hora* de 24 de agosto de 1988. Arquivo pessoal de Balduino Andreola.



Panfleto de convocação para ato realizado no dia 16 de agosto de 1988, na Reitoria da UFRGS. Arquivo pessoal de Balduino Andreola.



“Não à posse do interventor!”: convocatória para a manifestação de 1º de setembro de 1988. Arquivo pessoal de Balduino Andreola.

ANEXO B - Arquivos repressivos

01

CONFIDENCIAL ~~SECRETO~~ 11751

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SERVICO NACIONAL DE INFORMACOES
AGENCIA DE PORTO ALEGRE

INFORMAÇÃO Nº **57 / 1972** / APA-SNI
(nº **16** / SS **16**)

DATA: **15 MAR 72**

ASSUNTO: **IN (SI - 145 - T)**

REFERENCIA: PLANO NACIONAL DE INFORMACOES

DIFUSÃO: AGENCIA CENTRAL DO SNI



1 - ANTECEDENTES

- Na jurisdição do Bispado de FREDERICO WESTPHALEN/RS, Sacerdotes reunidos sob a denominação de "GRUPO" e liderados pelo ex Padre ALCEU RAVANELLO FERRARI, protestaram, no último trimestre do ano findo, contra a nomeação de Dom BRUNO MALDANER, de SÃO PAULO, para a Diocese do referido município.

2 - PADRES DOMINGOS PADÓQUI e HENRIQUE ODERINO

a - Referidos sacerdotes, de nacionalidade italiana, ambos residindo atualmente no RIO DE JANEIRO, respectivamente foram considerados mestres do movimento e um dos cabeças do "GRUPO".

b - O "GRUPO" dos sacerdotes que protestaram, segue a Doutrina Maçista.

3 - CONCLUSÃO

FICHADO-FICHA BASE
Em 22 Nov 77

CONFIDENCIAL ~~SECRETO~~

Primeira página do Informe nº 57/1972/APA-SNI, acerca de um "grupo" de padres liderados por Alceu Ravanello Ferrari. (APA ACE 11751/85)

CONFIDENCIAL

03

PRONTUÁRIO N.º 32.459

Nome: ALCEU RAVANELLO FERRARI

Filiação: JOÃO SÉTIMO FERRARI e
BENEVENUTA MARIA RAVANELLO FERRARI

D L N: 26.02.35 - JÚLIO DE CASTILHOS/RS

Estado Civil:

Profissão: Professor da UFRGS

Linha Política:

Endereço:

Local de Trabalho: UFRGS

Título de Eleitor: Zona: Seção:

Carteira de Identidade: RG 7000533112

OBSERVAÇÕES:

HISTÓRICO

- * - Professor de Sociologia e vigário de FREDERICO WESTPHALEN/RS, autor da obra Igreja e Desenho.
(PB 83, III Ex, 17.03.69)
- * - Em nov 69, criou obstáculos para que fossem feitas apreensões / das publicações "CRESCER E VIVER", que se encontravam na Paróquia de FREDERICO WESTPHALEN/RS.
(Info 300, 1ª DC, 21.11.69)
- * - Em 18 nov 69, foi preso por não acatar ordem de autoridade policial do Destacamento da BM/RS de FREDERICO WESTPHALEN/RS, para entregar as publicações "CRESCER E VIVER", que encontravam-se em sua paróquia, após sua prisão foi entregue ao Comandante do 7º BPM de PALMEIRA DAS MISSÕES/RS; é considerado como líder na cidade. Foi liberado em 04.12.69.
(Info 312, 1ª DC, 27 Nov 69)
- * - Em 14 nov 71, foi punido pela Igreja Católica Romana, por ser / clérigo romano vinculado à subversão.
(Info 183, III Ex, 26 jul 71)
- * - Faz parte da "Linha Jovem" formada por religiosos que tentavam a permanência de D. JOÃO HOPPMANN na Diocese de FREDERICO WESTPHALEN/RS; seu grupo tem idéias e princípios contrários ao atual governo.
(Info 1137, SSP/RS, 17 abr 72)
- * - Em 31 jan e 1º fev 72, esteve em ERECHIM/RS, onde manteve contato com outros padres. É tido como líder e agitador, é chefe do setor eclesialístico da região.
Em nov 69, foi indiciado em sindicância, por desobediência, desacato e resistência a funcionários da Delegacia de Polícia de FREDERICO WESTPHALEN/RS.
(Info 197, SSP/RS, 15.05.72)

CONFIDENCIAL



Primeira página do Prontuário SNI nº 32.459, de Alceu Ravello Ferrari.
Registrado na Agência Central como APA ACE 16085/88.

CONFIDENCIAL

04

- F1s 02 -

Continuação do prontuário nº 32.459 - ALCEU RAVANELLO FERRARI

* - Abr 81. Participou nos dias 17 e 21 abr, de um Seminário de Professores, em BLUMENAU/SC, sobre a avaliação da reforma do ensino.
(Ndo 203, 6ª DE, 20.04.81)

* - Em 31 ago 81, participou do Ciclo de Debates "REPENSANDO O BRASIL", na UFRGS, onde proferiu palestra sobre "Universidade - Pesquisa e Criatividade".
(Infe 12-3599, 3SE/RS, 28.09.81)

* - Professor de Mestrado em Planejamento na FACULDADE DE EDUCAÇÃO / DA UFRGS, onde se notabilizava por usar em suas aulas as frases abaixo:

- "TENOS QUE NOS ORGANIZAR E PROTESTAR";
- "COMO FAZER LUTAS DE CLASSE";
- "É PRECISO MUDAR A ESTRUTURA";
- "DESCONHECENOS A FORÇA QUE TENOS".

Indicou em aula o livro "IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO", para que lessem, analisassem e comentassem os tópicos mais importantes, em sala de aula.

(Infe 51 Al,N25, 07.04. 81)

* - Integrante da lista sextupla para escolha do Reitor da UFRGS, na eleição realizada dia 12 abr 88.

Foi apoiado publicamente pela CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, PARTIDO / DOS TRABALHADORES e CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; sendo considerado marxista.

É ex-padre, usava o nome de Padre RAVANELLO.

Após candidatar-se a Reitor, passou a omitir o sobrenome RAVANELLO. Embora tenha sido o mais votado pelos estudantes e funcionários, foi o 7º votado entre os docentes da UFRGS.

Nota-se porém, que, dos 17.584 estudantes eleitores, apenas 5.494 votaram no Prof FERRARI (Pe RAVANELLO), e dos 3.326 funcionários, recebeu 1.718 votos. Portanto, sua votação em 1º lugar foi obtida por uma minoria de eleitores, fato esse decorrente de um erro nas normas de votação (astuciosamente preparado pelos marxistas da UFRGS): o de os estudantes, que constituem a grande massa da população universitária, terem tido um peso de 25%, os funcionários também com um peso de 25%, enquanto os docentes (em número de 2.455) tiveram um peso de 50%. A votação constitui, portanto, um processo ardilosamente conduzido de massificação, na qual menos de 1/3 dos alunos decidiu. É de notar-se, no entanto, que o Prof FERRARI obteve baixa votação mesmo entre os funcionários da Faculdade de Educação, onde é Diretor, devido à inábil e péssima administração que lá realiza, como é de amplo conhecimento da comunidade universitária. Este terá sido sem dúvida, um dos motivos pelos quais seu nome foi rejeitado pela absoluta maioria dos Docentes da Universidade (dentro os quais ele obteve apenas 568 votos, ou seja 23,14%). Mas certamente o maior fator dessa sua / rejeição por parte dos docentes é o fato do Prof ALCEU RAVANELLO FERRARI ser identificado como marxista na Comunidade Universitária, apoiado por elementos sabidamente comunistas que se infiltraram na Faculdade de Educação da UFRGS, bem como na ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES / DA UNIVERSIDADE (ASSUFRGS). Igualmente tidos como marxistas são os elementos que o assessoraram durante a campanha, e tidos como os seus

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

05

- Fis 01 -

Continuação do prontuário nº 32.459 - ALCEU RAVANELLO FERRARI

escolhidos para os pontos de direção da Universidade.

A renúncia de Prof HELGIO TRINDADE, à inclusão de seu nome na Lista Sextupla (associada ao fato de a Prof MERCEDES LOUÇERCO CANEPA, que também foi apoiada pelo PC do B, através do grupo estudantil "Viração", não ter-se habilitado à referida lista por ter sido a 10ª votada), propiciou às diferentes correntes marxistas da UFRGS / (e de fora dela) apoiarem o Prof ALCEU RAVANELLO FERRARI, com o propósito de, através de uma "convergência socialista", empolgar o poder na Universidade - possibilidade essa que está sendo vista com grande preocupação por parte da maior parte dos docentes, com trários que não a ter o Prof ALCEU RAVANELLO FERRARI como Reitor da UFRGS.

Outro fato marcante neste período pós-votação é o de Prof ALCEU RAVANELLO FERRARI já estar se apresentando como se Reitor fosse, visitando unidades, constituindo grupos de trabalho com vista à reforma (marxista) da Universidade, escolhendo já seus assessores / (embora não divulgando seus nomes), declarando pouco importar-se com as notícias veiculadas pela imprensa de que seu nome estaria sendo vetado por fortes grupos do MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, usando assim uma típica estratégia leninista de tentar uma situação de "fato consumado", o que igualmente está sendo rejeitado pela maioria não marxista da Universidade.

(Infe 527 A1, N76, 06 mai 88)

* - Em 12 abr 88, foi eleito o 16º Reitor da UFRGS, nas eleições / realizadas em 12 abr, sendo o 1º colocado na Lista Sextupla enviada ao MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO para escolha do novo Reitor da Universidade.

Segundo declarações de mesmo, propõe-se a democratizar a UFRGS e considera-se um "progressista".

(Infe 12-143, SSP/RS, 06 mai 88)



CONFIDENCIAL

Última página do Prontuário nº 32.459.

CONFIDENCIAL

6/9

7

- contribuiu para uma maior flexibilidade na escolha do novo Reitor.

3. Foi ainda registrada, como outro fator de influência, a data da divulgação da nomeação do Reitor.

Se o nomeado for o Professor ALCEU RAVANELLO FERRARI, a data escolhida para a oficialização de tal fato não exercerá, a priori, grande influência.

Entretanto, se o mesmo não vir a ser o indicado, poderão ocorrer manifestações de protesto das correntes que estão defendendo a nomeação de ALCEU FERRARI. Tais manifestações serão amenizadas, caso a divulgação coincida com o período de recesso escolar, compreendido entre 11 Jul a 15 Ago 88. Fora desse período, o fator poderá atuar de forma desfavorável ao Executivo, tendo em vista que as correntes que apóiam o Professor FERRARI terão melhores condições para mobilizar-se, no sentido de protestar contra o fato de mesmo ter sido preterido para o cargo.

A análise desses fatores permite a formulação das seguintes hipóteses:

a. A não indicação de ALCEU RAVANELLO FERRARI para o cargo de Reitor da UFRGS:

Até o momento de uma definição governamental em relação ao assunto, os defensores da candidatura do Professor WALTER OTTO CYBIS, assim como os Professores GERHARD JACOB, WALDOMIRO CARLOS MANFRÓI e JOSÉ SERAFIM GONES FRANCO, continuarão mobilizados na busca de apoio às suas pretensões. Junto às autoridades contatadas, tanto em nível estadual quanto federal, procurarão não apenas obter o respaldo necessário à concretização de suas intenções, bem como conseguirão sensibilizá-las do grave perigo que correria aquela instituição de ensino, no caso de vir a ter, como seu Reitor, o Professor ALCEU FERRARI. Para tanto, continuarão utilizando, como principal argumento, a inviabilidade da implementação de muitos pontos constantes do seu programa de ação, tal como a "co-gestão administrativa", que, uma vez colocada em prática dentro de uma Universidade, poderá acarretar grandes prejuízos a esse tipo de instituição, principalmente em termos de qualidade de ensino.

Dessa forma, o dispositivo legal que permite a nomeação de qualquer um dos candidatos componentes da lista sêxtupla, os riscos que representariam para a UFRGS a in

CONFIDENCIAL

47804627051512104V8P107H-1087NREV0110-4

Um agente do SNI pondera sobre o prazo ideal para que o Poder Executivo realize a nomeação do novo reitor da UFRGS. (Informe 8325/88, em AC ACE 68330/88)

02 SET 1988 3
1/1

CONFIDENCIAL 10126

UNDE LANÇAMENTOS NO VERSO DESTA FOLHA

TUMULTO NA POSSE DE GERHARD JACOB NA REITORIA DA UFRGS.

*Instaura
PI
S auto*

1. O Professor GERHARD JACOB, empossado ontem, 31 Ago 88, em BRASÍLIA/DF, no cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), compareceu hoje, 01 Set 88, às 09:00 horas, ao prédio da Reitoria daquela instituição para a cerimônia de transmissão de cargo.

2. Concomitantemente, cerca de 100 estudantes, insatisfeitos com a não nomeação do Prof ALCEU FERRARI para aquela função, promoveram a ocupação das saídas do prédio, onde se realizava a cerimônia, impedindo, assim, que o novo Reitor deixasse o local.

A situação permaneceu tensa até por volta das 13:00 horas, quando houve intervenção policial, com uso de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Posteriormente, o Reitor saiu em carro da Universidade, sob escolta da Brigada Militar.

Durante o episódio, os estudantes provocaram danos materiais, de pequena monta, às instalações da UFRGS.

Estão, ainda, previstas para hoje, 01 Set 88, outros atos de protesto contra a nomeação de GERHARD JACOB, um no centro de PORTO ALEGRE/RS e outro da UFRGS, com a participação, também, de docentes e funcionários.

* * *

Z3: 140/B1C.

Z1: SIM

CONFIDENCIAL

W/RR1/00748/148/B1C/010988/01

ADRE TUBS-HOC-N09L0122041FF-VFENOP-12078-25

Informe do SNI sobre o incidente na Reitoria da UFRGS, em 1º de setembro de 1988. (Informe nº 10126/88, constante de AC ACE 68467/88)

CONFIDENCIAL

1/1

MANDATO DE DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES OFICIAIS
DE ENSINO SUPERIOR.

I. a) O processo de escolha de Reitores e Vice-Reitores de Universidades Federais e estabelecimentos isolados de ensino vem se constituindo em desgaste para o Presidente da República, a quem compete, legalmente, a decisão final.

b) Tal desgaste é fruto principalmente de injunções políticas e de pressões da comunidade universitária que pretende influenciar diretamente no processo, através de eleições.

II. 1) Data do vencimento do mandato dos atuais Reitores.

2) Grau de mobilização da comunidade com vistas à organização de eleições.

3) Outros conhecimentos julgados úteis.

* * *

Z3: 112/B1C

Z1: B99

4/7R3/00172/112/B1C/250891

CONFIDENCIAL

Documento nº 1605/91, ACE 18464/91, Superintendência de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1991).

DOCUMENTOS CITADOS

I. Arquivos repressivos do SNI (somente Arquivos Cronológicos de Entrada)

APA ACE 44478/72, Informe 57/1972/APA-SNI

APA ACE 11622/85, Ficha nº 5220/DH18/D508

APA ACE 12062/85, Informe 543/19/APA/74

APA ACE 35698/83, Informe 1528/A4-CIE

APA ACE 16503/88

AC ACE 66804/88

AC ACE 68330/88

AC ACE 68467/88

AC ACE 69071/89

APA ACE 16085/88, Prontuário nº 32.459

EPA ACE 16292/88

APA ACE 16302/88

APA ACE 16369/88

APA ACE 16383/88

ACE 18464/91

II. Fontes orais

ALLGAYER, Renita. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ANDREOLA, Balduino. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BECKER, Fernando. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FACHIN, Roberto Costa. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FERRARO, Alceu Ravello. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2011a.

_____. Entrevista de História Oral. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Entrevista ao Projeto Memória Faced. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, Lauriani. **O caso Baumgarten e a crise da Ditadura (1964-1985)**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - UFSCar, 2003.
- ALBERTI, Verena. "Fontes Oraís: Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Oraís*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt.; LIMA, Valeska. Um lugar memorável: a Faculdade de Educação/UFRGS, entre afetos e trabalho (1970-2016). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1347-1370, dez. 2016.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 9-21, 1998.
- AVERBUCK, Lygia et al. (Orgs.). *Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- BAPTISTA, L. O conceito de Cultura Política: das origens na Ciência Política norte-americana à historiografia contemporânea. In: ENCONTRO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 5., Vitória. **Anais...** Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM/issue/view/800>
- BERSTEIN, S. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, J. F. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.
- BORDAS, M.; ANDREOLA, B. Os quarenta anos da Faculdade de Educação da UFRGS. **Educação e Realidade**, v. 35, n. 2, p. 299-319, mai.-ago. 2010.
- BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida. (Orgs.). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-42.
- BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica". In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-175, nov. 2005.
- COMBLIN, J. *A Ideologia de Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO da Verdade da UFRN. *Comissão da Verdade da UFRN: relatório final*. Natal: EDUFRN, 2015.

DUARTE, Aimée Schneider. A transição democrática em disputa. **Passagens**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 70-92, jan.-abr., 2018

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

FERRARO, Alceu. "O distante tempo de escola". In: FISCHER, Beatriz D. (Org.). *Tempos de escola: Memórias, Vol. II*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011b, p. 65-72.

FERREIRA, Jorge. "O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática". In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida. (Orgs.). *O Brasil Republicano Vol. 5: O tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 27-72.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./jun. 2017.

_____. "Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão". In: FERREIRA, J.; DELGADO, Lucília de Almeida. (Orgs.). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-206.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

JOFFILY, Mariana. A "verdade" sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, Vitória, v. 32, p. 2-28, 2014.

LAGÔA, Ana. *SNI: Como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS – 2009.

_____. **Subversivos: Ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História). PUCRS – 2014.

MOISÉS, J. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar. 2018.

_____. Universidades, ditadura e cultura política. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 69-89, 2014b.

PELEGRINE, Ayala. Ditadura Militar e Universidades: A Importância do Acesso aos Arquivos da Repressão Política. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano II, n. 5, p. 135-143, out. 2017.

RODRIGUES, Cândido.; CLAVEL, Isabelle. Entrevista com Jean-François Sirinelli. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, p. 313-323, jan.-jun. 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: O Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **Angelus Novus**, São Paulo, n. 5, p. 83-92, jun. 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. "História e Biografia". In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). *Novos domínios da História*. São Paulo: Elsevier Editora, 2012, p. 187-205.

SILVA, Dácia Ibiapina. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. **História Oral**, v.6, p. 69-94, 2003.

SILVA FILHO, J. C. M. "A ambiguidade da Anistia no Brasil: memória e esquecimento na transição inacabada." Disponível em: <https://bit.ly/2VYOYMQ> Acesso em: 15 mar. 2019, 8h55min.

TEIXEIRENSE, Pedro. Os presidentes da Nova República e a memória do golpe de 1964 (Artigo). In: **Café História: História feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-republica-ditadura-militar-golpe-de-1964/>. Publicado em: 1º abr. 2019.

VENSON, Anamaria; PEDRO, Joana. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.